

**ATA DA 23ª PLENÁRIA NACIONAL DO SINDICATO NACIONAL DOS
TRABALHADORES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO -
SINPAF**

Ata da ordem dos dias 22 a 24 de maio de 2025

000 160 994

1 Aos vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no
2 MPW, Quadra 01, Conjunto 02, Lote 02, s/n - Núcleo Bandeirante, Brasília - DF, realizou-se a 23ª
3 Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento
4 Agropecuário – SINPAF. Estiveram presentes os(as) seguintes Delegados(as): Ademar Rodrigues
5 Neto, S.S. Londrina; Adilson Ferreira da Mota, Diretor de Assuntos Jurídicos e Previdenciários e
6 Diretor de Ciência e Tecnologia; Andrea Matos, S.S. Solos; Antônio Aparecido Guedes de Oliveira,
7 Diretor Administrativo-Financeiro e Secretário Geral; Antônio Marcos Santos Pereira, Diretor de
8 Comunicação; Aparecido da Silva Junior, S.S. Campo Grande; Ariano Rabelo Paiva, S.S. Codevasf
9 1ª SR Montes Claros; Arnaldo Santos Rodrigues, S.S. Embrapa Aracajú; Bernardo Macke Franck,
10 S.S. Bagé; Carlos Henrique Garcia, S.S. São Carlos; Carmelita do Espírito Santo, S.S. Agrobiologia;
11 Devanir Sebastião dos Santos, Diretor Regional Sudeste; Diogo Alves da Silva, S.S. SINOP; Edivaldo
12 Galdino Ferreira, S.S. EMEPA; Fabiane Goldschmidt Antes, S.S. Concórdia; Eduardo de Souza
13 Scarquette, S.S. Codevasf 2ª SR; Felipe Haubert Pilger, Diretor Regional Sul; Franciana Aparecida
14 Volpato, Diretora de Políticas Sociais e Cidadania; Francisco Cinesio Cacau, S.S. Embrapa Sede;
15 Francisco de Assis Pereira, S.S. Codevasf 4ª SR Aracajú; Haron Abraham Magalhães Xaud, S.S.
16 Roraima; Hélder Lima Carvalho, S.S. Cruz das Almas; Hermes Villanova, S.S. Dourados; Ilmarina
17 Campos de Menezes, S.S. Pará; Ivonete Ibiapina, S.S. Codevasf Sede; Izete Barbosa dos Santos, S.S.
18 Macapá; Jasna Maria Luna Marques, S.S. Codevasf 7ª SR Teresina; Jean Cordeiro dos Santos, S.S.
19 Codevasf 6ª SR Juazeiro; Joana D'Arc Souza Bezerra, Presidente da AFN; João Cordeiro da Fonseca,
20 S.S. Recife; Joaquim Cleber Rodrigues Sousa, S.S. Caprinos; Jorge Menezes Vidal, Diretor de
21 Formação Sindical; Jorge Severo da Costa, S.S. Embrapa Petrolina; José Carlos Sá Ferreira, S.S.
22 Agroindústria de Alimentos; José Roberto Borges de Souza, S.S. Pesagro Campos; José Vicente da
23 Silva Magalhães, Diretor de Relações Institucionais; Lucas Ednei Lima Santana, S.S. Cerrados;
24 Marcelo Cavalcanti dos Santos Chagas, S.S. Maceió; Marco Aurélio Feitosa, S.S. Algodão; Marcos
25 Tadeu Borges Daniel Araújo, S.S. Pantanal; Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente Nacional do
26 SINPAF; Mauricio Castelo Branco Santana, S.S. Embrapa Teresina; Michelliny Pinheiro de Matos

27 Bentes, Diretora Regional Norte; Neio Lúcio Ramos Silva, S.S. Gado de Leite; Nilson Alves Carrijo,
28 S.S. Cenargen; Odirlei Dalla Costa, S.S. Passo Fundo; Oneilson Medeiros de Aquino, S.S. Hortaliças;
29 Osvaldo Filho Guerra, S.S. Sete Lagoas; Paula Schutz Bittencourt Pucci, S.S. Florestas; Paulo
30 Humberto Marcante, S.S. Rondônia; Paulo José da Silva, S.S. Codevasf 3ª SR Petrolina; Pedro
31 Almeida Choaíry, S.S. Maranhão; Pedro de Souza Melo, S.S. Codevasf 5ª SR Penedo; Raimundo
32 Nonato de Souza Junior, S.S. Parnaíba; Raimundo Rodrigues da Rocha Filho, S.S. Fortaleza; Ricardo
33 Costa Rodrigues Camargo, S.S. Campinas; Ricardo Vieira da Silva, S.S. Pesagro Niterói; Sérgio
34 Cobel da Silva, Diretor de Saúde Suplente; Silvana Buriol, S.S. Bento Gonçalves; Silvia Mara
35 Belloni, Diretora Regional Centro-Oeste e Diretora da Mulher; Simone Alves de Souza, S.S.
36 Amazonas; Valterlei José de Moura, S.S. Acre; Vanderlei Domingues Fagundes, S.S. Pelotas;
37 Walterlenne Englen Freitas de Lima, S.S. Goiânia. Compareceram os(as) convidados(as): Ailton
38 Durães, Analista TI DN SINPAF; Amâncio Geovani Vicari, S.S. Campo Grande; Andrea da Silva
39 Campos, S.S. Solos; Camila Bordinha, Jornalista DN SINPAF; Carlos Hermínio, representante dos
40 trabalhadores no CONSAD Codevasf; Clésio Santos, DIF; Diego Castro, Imprensa; Elaine Ferreira,
41 DN; Elanderson Soares Lima, Diretor Administrativo-Financeiro Suplente; Eliene Ferreira, DN; Ênio
42 Fraga, S. S. Solos; Eunice Quirino, Imprensa; Fernando Machado, LBS; Flávia Pimentel, AFN;
43 Fabrício Eudo dos Santos, S.S. Pará; Gustavo Henrique Pinto, S.S. Dourados; Iasmin Alves Dourado,
44 Imprensa; Isabel Alves Dourado, Imprensa; Jasiel Nunes Souza, S.S. Embrapa Amazonas; Jean
45 Kleber de Sousa Silva, Diretor de Divulgação e Imprensa Suplente; João Tavares Neto, LBS; Johari
46 Silva, Vice-Presidente da Casa Dulce Seixas; Jonilson Ramos Fernandes, S.S. Codevasf 4ª SR
47 Aracajú; Jorge Federico Orellana Segovia, S.S. Embrapa Amapá; Karoline Bandeira, Conselheira de
48 Políticas para Mulheres de SP; Luara Borges, LBS; Marco Antônio, AFN; Maria da Conceição, S.S.
49 Codevasf Sede; Maria de Jesus, Financeiro DN SINPAF; Maria Solange Martins, S.S. Campo
50 Grande; Mariel Angeli Lopes, DIEESE; Miriam Ribeiro Cabreira, Presidente SindPetro/RS e
51 Diretora do SMS FUP; Natalie de Alcantara Ramos Baião, S.S. Solos; Neuriberg Dias do Rêgo,
52 DIAP; Neuza de Campos, Financeiro DN SINPAF; Nilo Dantas, AFN; Orlando Oliveira Silva, S.S.
53 Cruz das Almas; Rebeka Freitas Vieira Xavier, Secretaria DN SINPAF; Thaisa Magalhães, CUT DF;
54 Thaynara Silva de Souza, Secretaria DN SINPAF.

000150994

55 **ABERTURA 22/05/2025:** A Mestre de Cerimônias iniciou a 23ª Plenária Nacional do Sindicato
56 Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF
57 cumprimentando a todos. Convidou para compor a mesa de abertura: Sr. Marcus Vinicius Sidoruk

58 Vidal, Presidente Nacional do SINPAF; Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra, Presidente da AFN; Sr.
59 Rodrigo Rodrigues, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT/DF; e
60 Sra. Juvandia Moreira Leite, Vice-Presidente da CUT Nacional, representando o Sr. Sérgio Nobre.
61 Agradeceu a presença do Sr. Valeir Ertle, Diretor de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional. Entregou
62 a palavra ao Sr. Rodrigo Rodrigues, que cumprimentou a todos, destacou a importância das empresas
63 públicas em vista da soberania nacional, abordando também a necessidade de valorização dos
64 profissionais, de escopo inclusive dos sindicatos. Pediu a participação de todos na Plenária Nacional
65 da CUT e desejou que a presente Plenária tivesse resultados positivos. A seguir, a Sra. Joana D'Arc
66 Souza Bezerra saudou os presentes e ateve-se à pauta do desejo de construir um mundo mais justo e
67 sustentável, principalmente com relação às mulheres. Após, a Sra. Juvandia Moreira Leite
68 cumprimentou os presentes e destacou a importância dos sindicatos na organização e no
69 fortalecimento da classe trabalhadora. Em seguida, o Presidente Nacional do SINPAF, Sr. Marcus
70 Vinícius Sidoruk Vidal, saudou a todos e discorreu sobre os processos morosos envolvidos nas
71 construções recentes dos acordos coletivos de trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa
72 Agropecuária - Embrapa e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
73 Parnaíba - Codevasf. Tratou também dos acordos coletivos como um guia para a utopia que envolve
74 a valorização do trabalho e defendeu a democratização das empresas públicas e a sustentabilidade da
75 sociedade, lembrando das plenárias regionais que abordaram a transição energética justa e sustentável
76 sob a ótica dos trabalhadores, acompanhando a conjuntura da COP 30. Declarou aberta a 23ª Plenária
77 Nacional do SINPAF e desejou que fosse um evento produtivo. Então, a Mestre de Cerimônias
78 agradeceu a todos, desfez a mesa de abertura e convidou para a mesa de Análise de Conjuntura
79 Política e Econômica Nacional: Sr. Marcus Vinícius Sidoruk Vidal e Sra. Juvandia Moreira Leite.
80 Dando início às apresentações, a Sra. Juvandia Moreira Leite falou sobre as mudanças tecnológicas
81 intensas pelas quais o planeta estava passando e sobre os efeitos da crise econômica de 2008, que
82 ainda eram sentidos. Discorreu sobre o cenário geopolítico mundial atual, especificamente com
83 relação às taxações impostas pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, assim
84 como o retrocesso civilizatório e humanitário gerados pelo líder. Detalhou também o cenário político
85 nacional, criticando as privatizações permitidas pelo Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio
86 Freitas, possível candidato de direita à Presidência da República em 2026. Falou também sobre a
87 ausência da soberania nacional, as motivações influenciáveis e elitistas do Congresso Nacional, a
88 necessidade de distribuição de renda e a abundância de recursos naturais do Brasil. Comparou os três

89 mandados do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com relação ao orçamento e ao apoio que recebeu
90 e defendeu os investimentos públicos em tecnologia e na indústria verde. Ponderou a respeito da
91 dificuldade de avanço das mudanças propostas com relação à cobrança do Imposto de Renda – IR,
92 que atualmente favorecia a minoria mais rica, e lembrou que os investimentos em empresas públicas
93 eram criticados pelo mercado financeiro. Afirmou que a classe trabalhadora deveria ser ouvida com
94 relação ao meio ambiente e ao modelo de desenvolvimento do país, além de reforçar que todas as
95 desigualdades, inclusive na classe trabalhadora, precisavam ser combatidas. Listou os processos de
96 mobilização que estavam acontecendo e pediu a participação democrática na definição do orçamento
97 nacional. Apontou como dois grandes debates da atualidade com relação ao mercado de trabalho a
98 redução da jornada e a justiça tributária, definiu os plebiscitos como um espaço para debates e
99 elucidou a importância das Plenárias. Ainda, palestrou sobre a COP 30, a falta de preocupação das
100 grandes potências com a pauta ambiental e os resultados do evento, lembrando que a sociedade
101 também precisava ser ouvida e representada. Falou sobre o Projeto de Lei - PL chamado de “PL da
102 Devastação”, que flexibilizaria o licenciamento ambiental e estava sendo discutido no Congresso
103 Nacional, o que julgou como absurdo. Por fim, mencionou a situação deficitária dos planos de saúde
104 estatais e a inflação médica absurda, defendendo a busca por soluções, a começar por auditorias.
105 Seguindo para o debate, a Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra refletiu sobre a letargia na busca pelos
106 direitos dos trabalhadores e das minorias. A seguir, o Sr. Jorge Federico Orellana Segovia, Embrapa
107 Amapá, abordou o Brasil como um país de oportunidades e concordou que o desenvolvimento era
108 fruto da tecnologia e do capital. O Sr. Devanir Sebastião dos Santos, Diretor Regional Sudeste,
109 demonstrou preocupação com a situação do Estado de São Paulo com relação às empresas públicas,
110 às fazendas de pesquisa agropecuária e à instalação de pedágios. Em resposta, a Sra. Juvandia Moreira
111 Leite demonstrou otimismo com as conquistas democráticas das últimas décadas e sugeriu que os
112 desafios fossem combustíveis para impulsionar as lutas. Comparou os modelos capitalistas no Brasil
113 e na China, o último de Estado, altamente planejado e pensando em todas as camadas da população.
114 Destacou o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil e incentivou a luta em prol dos
115 avanços do país. Continuando com as manifestações, o Sr. Pedro Almeida Choaery, S.S. Maranhão,
116 parabenizou o debate e declarou ser de direita, porém não bolsonarista. Demonstrou preocupação com
117 as divisões da população brasileira e destacou gastos desnecessários do Governo, como viagens e a
118 Lei Rouanet, que afirmou ter perdido o seu propósito. Citou a questão da educação no Brasil,
119 defendendo o modelo cívico-militar, e pediu que a resposta às suas colocações não abordasse

120 ideologias político-partidárias. Em seguida, o Sr. Jean Kleber explicou que a diversidade tornou-se
121 um incômodo no Brasil a partir do momento em que aqueles considerados como diferentes. Passaram
122 a ocupar espaços que antes não ocupavam, sejam pretos, mulheres ou LGBTQIA+, por exemplo.
123 Pediu respeito à diversidade e lembrou que os investimentos na Lei Rouanet provinham de empresas,
124 que posteriormente tinham deduções de impostos. Por fim, o Sr. Jasiel Nunes Souza, Embrapa
125 Amazonas, defendeu que a Embrapa produzia bens para a população e, sobre a distribuição de renda,
126 citou as emendas parlamentares, que levavam à compra de votos. Reforçou que o SINPAF lutava pela
127 melhoria da qualidade de vida da população, inclusive através do trabalho da Embrapa. Em conclusão,
128 a Sra. Juvandia Moreira Leite falou sobre o crescimento do fascismo no mundo, discorreu sobre as
129 desigualdades sociais versus a meritocracia e pediu respeito às diversidades. Argumentou que o Brasil
130 estava dividido porque uma parte da população não queria a evolução dos direitos de todos. Criticou
131 a carga tributária brasileira, defendeu os investimentos em cultura e esporte e arrazoou que as viagens
132 oficiais resultavam em investimentos para o Brasil. Ponderou que as opiniões divergentes eram bem-
133 vindas, desde que baseadas em fatos e no respeito, e defendeu as políticas de Estado contra a pobreza
134 e que cuidam da população. Com relação à educação, defendeu o método Paulo Freire, reconhecido
135 por incentivar o senso crítico, e agradeceu o espaço de fala. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
136 agradeceu a fala e as respostas, assim como a parceria da CUT. Então, seguiu à eleição do(a)
137 secretário(a) e do(a) relator(a) para a mesa. O Jean Kleber de Sousa Silva, Diretor de Comunicação
138 Suplente, sugeriu que a composição da 22ª Plenária fosse mantida, com a presença da Sra. Franciana
139 Aparecida Volpato, Diretora de Políticas Sociais e da Cidadania, como secretária e da Sra. Jasna
140 Maria Luna Marques, Codevasf 7ª SR Teresina, como relatora. Não havendo mais manifestações, as
141 candidaturas foram aprovadas. A seguir, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal avançou para a
142 aprovação da pauta e do regimento interno, que tinham sido encaminhados previamente, e anunciou
143 que as sugestões encaminhadas tinham sido acolhidas ou, no caso do não acolhimento, tinham sido
144 enviadas justificativas. Não havendo manifestações, a pauta (ANEXO A) e o regimento (ANEXO B)
145 foram aprovados na íntegra. Após o intervalo, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal iniciou a pauta:
146 O papel da classe trabalhadora na busca por uma transição justa e sustentável. Convidou o Sr. Jean
147 Kleber de Sousa Silva para coordenar a mesa e como palestrantes a Sra. Miriam Cabreira, Presidenta
148 da SindPetro-RS e Diretora do SMS FUP e a Sra. Vera Paoloni, Presidenta da CUT-PA. Em posse da
149 palavra, o Sr. Jean Kleber de Sousa Silva deu início a mesa destacando a importância da pauta e
150 informando que seria construída uma carta sobre a transição justa e sustentável, a partir das

151 contribuições coletadas nas plenárias regionais e na presente Plenária. A seguir, a Sra. Miriam
152 Cabreira falou sobre as greves da Petrobrás e a disputa por recursos públicos, que afetava as empresas
153 públicas. Explicou que a transição energética no sul global dependia da interferência e da coordenação
154 do Estado, a fim de evitar que a pauta se tornasse apenas mais uma oportunidade de negócio, o que
155 levaria à exportação dos principais bens energéticos do país, a espelho do que acontecia com o
156 petróleo. Argumentou que o Brasil poderia estar explorando melhor a energia de matriz renovável e
157 disse que os bons empregos gerados pela transição energética estariam na cadeia de suprimentos.
158 Falou que o papel de todos era lutar pelo desenvolvimento tecnológico e pelo desenvolvimento da
159 cadeia produtiva da transição energética, além de citar a questão da exploração dos minerais críticos,
160 alocados inclusive em áreas indígenas. Abordou também a necessidade de debater-se a modificação
161 do método de consumo de energia e explicou a questão da pobreza energética, que afetava a classe
162 trabalhadora. Citou o trabalho do coletivo Sindicatos pela transição energética justa e destacou o
163 papel deles não apenas como defensores dos trabalhadores, mas também na apresentação de projetos
164 para que as empresas públicas servissem ao país. Afirmou que a Petrobrás não estava fazendo
165 transição energética justa e não negociava com trabalhadores e com a comunidade através do diálogo
166 social. Por fim, destacou a oportunidade de construção de uma transição energética justa e indicou o
167 papel dos movimentos sindicais e sociais no enfrentamento das mudanças climáticas, na disputa pela
168 transição energética justa e na construção do plano integrado de descarbonização. Ato seguinte, a Sra.
169 Vera Paoloni refletiu sobre os impactos da crise climática e sobre como obter justiça climática a partir
170 da realidade do diagnóstico dos trabalhadores. Falou que a transição energética justa aconteceria
171 apenas se guiada pela democracia e garantiu que o crédito de carbono seria uma falsa solução se não
172 contasse com a participação dos trabalhadores. Citou a necessidade de financiamento climático com
173 acesso democrático e relatou a atuação da Mesa de Negociação de acordo coletivo de Belém, com o
174 Banco do Estado do Pará, onde o meio ambiente e o trabalho decente tinham sido pautados, resultando
175 na construção de uma cláusula de reivindicações sobre o tema, ao que indicou que a iniciativa
176 deveria ser replicada. Descreveu o papel do movimento sindical na luta pela transição energética
177 justa, com ênfase na proteção dos territórios e na defesa do trabalho digno, ponto fundamental para a
178 transição energética justa. Defendeu o fim da escala 6x1 com manutenção dos salários e pediu que os
179 sindicatos pressionassem o Governo com relação à pauta exposta. Por fim, insistiu que a transição
180 energética não poderia ser debatida sem a pauta do trabalho digno. Iniciando as manifestações, o Sr.
181 Jorge Segovia, elogiou o trabalho da Mesa de Negociações do Pará e relacionou a realidade

tecnológica com a economia. Solicitou que o SINPAF fosse propositivo com relação à pauta. A seguir, a Sra. Andréa Matos agradeceu as apresentações e tratou das discussões sobre as mudanças climáticas nos acordos coletivos de trabalho, destacando a redução das jornadas e o teletrabalho. Perguntou sobre os trabalhos da Cúpula dos Povos, especificamente no Estado do Pará, em vista da COP 30. Em seguida, o Sr. Jorge Federico Orellana Segovia defendeu a volta do pagamento de insalubridade para os trabalhadores que atuam sob o sol, direito extinto pelo Ex-Presidente da República Jair Bolsonaro. Questionou quais seriam os caminhos da Embrapa com relação à qualidade dos alimentos. Após, o Sr. Marcelo Cavalcanti dos Santos Chagas, S.S. Maceió, indagou como a Petrobrás lidava com a pressão por lucro versus a finalidade social e como a empresa fazia a articulação parlamentar, além de comentar sobre a pressão da Embrapa para o fim do teletrabalho. Ainda, a Sra. Fabiane Goldschmidt Antes, S.S. Concórdia, falou sobre seu trabalho com o aproveitamento de resíduos agropecuários e agroindustriais para produção de biogás e biometano e cobrou a implementações de políticas semelhantes nos municípios. Elucidou o trabalho da Rede Mulheres do Biogás e indicou a mão de obra como um dos gargalos da transição energética. Adiante, a Sra. Paula Schutz Bittencourt Pucci, S.S. Florestas, relatou a falta de orçamento para a Embrapa e o Sr. Felipe Haubert Pilger, Diretor Regional Sul, resumiu a abordagem da Embrapa e da Petrobrás com relação à transição energética, apontando a ausência dos trabalhadores no processo. Então, o Sr. Elanderson Soares Lima, Diretor Administrativo-Financeiro Suplente, indagou como a Federação Única dos Petroleiros – FUP estava debatendo a possível exploração da margem equatorial e como a Federação estava se organizando para a COP 30 e dialogando com a CUT, afirmando que a última estava articulada com o evento. Denunciou a venda de terras da Embrapa. Em resposta, a Sra. Vera Paoloni discorreu sobre o impacto negativo da crise climática na produção de peixes do Pará e agradeceu a oportunidade do Estado ser protagonista no debate climático. Contou sobre a organização da Cúpula dos Povos para receber a COP 30, citando desde eventos prévios até atividades autogestionadas, marcha dos trabalhadores e organização de acampamentos, hospedagem e alimentação para os participantes. Propôs que o SINPAF promovesse atividades autogestionadas no espaço próprio e na Universidade Federal do Pará. Subsequentemente, a Sra. Miriam Cabreira relatou a sua experiência na COP 28, em Dubai, voltada para o Petróleo, e insistiu no protagonismo da pauta do trabalho no evento sediado pelo Brasil, embora um estande dos sindicatos fosse financeiramente inviável. Sobre as ações da FUP, citou a Caravana do Futuro e a participação nos diálogos sobre trabalho e clima. Lembrou que os sindicatos precisavam atuar como defensores da classe trabalhadora

213 através de debates estratégicos, por exemplo no Conselho Nacional de Política Energética – CNPE,
214 relatando que o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE não tinha demonstrado interesse em
215 participar do Conselho. Falou que a produção de biocombustíveis, assim como a transição energética,
216 também precisava ser justa. Resumiu que os acordos coletivos deveriam ser construídos com base na
217 adaptação das condições de trabalho, a fim de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e na
218 inclusão de cláusulas sobre transição energética justa. A respeito do papel social da FUP, mencionou
219 o Instituto Nacional de Estudos Estratégicos para o Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis –
220 INEEP, que estava desenvolvendo pesquisas na área de transição energética, e a Associação Nacional
221 dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás – Anapetro, além de falar sobre a integração com
222 os movimentos sociais e a necessidade de pautas corporativas para respaldar greves. Em conclusão,
223 o Sr. Jorge Federico Orellana Segovia lamentou que tinha sido aprovado no Congresso o PL nº 2.159,
224 que extingue o licenciamento ambiental no Brasil. Ato seguinte, instaurou-se a mesa: Orçamento
225 Público e relações institucionais nas empresas públicas, coordenada pelo Sr. Zeca Magalhães, Diretor
226 de Relações Institucionais, e contando com a presença do Sr. Neuriberg Dias, DIAP, e da Sra. Mariel
227 Angeli, DIEESE. O Sr. Zeca Magalhães introduziu a mesa lembrando que o tema tinha sido debatido
228 nas etapas regionais e agradecendo aos convidados. Argumentou que o movimento sindical precisava
229 melhorar o entendimento com relação ao orçamento e citou a criação da Frente Parlamentar pelo
230 Fortalecimento da Embrapa e as articulações a respeito do orçamento da empresa. Em posse da
231 palavra, o Sr. Neuriberg Dias introduziu sua fala dizendo que apresentaria os parâmetros
232 fundamentais em relação aos desafios para o orçamento geral da união e para empresas como a
233 Embrapa e a Codevasf. Contextualizou a agenda legislativa, as mudanças de lideranças e a reforma
234 ministerial e listou os aspectos estruturais da pauta, a saber: atuação da assessoria parlamentar;
235 reformas entregues ao Congresso; o resultado das eleições municipais; a composição dos Ministérios;
236 a herança política, econômica e social; os indicadores econômicos; a governabilidade; e a
237 fragmentação do Congresso. Discorreu acerca do cenário político do presente governo do Presidente
238 Luís Inácio Lula da Silva, ressaltando as conquistas, apesar do Congresso ter predominância da
239 direita. A seguir, citou os seguintes aspectos conjunturais: a atual legislatura; o alinhamento na
240 definição das agendas prioritárias do Congresso; os eventos previstos para 2025; a antecipação das
241 articulações para a eleição de 2026; as limitações técnicas orçamentárias; e a reforma ministerial.
242 Tratou da estrutura de correlação de forças que impediu o avanço esperado no governo do Presidente
243 Luís Inácio Lula da Silva, inclusive com relação ao movimento sindical, e disse que as discussões

244 feitas nas centrais sindicais priorizavam as agendas e consideravam o contexto estrutural e conjuntural
245 exposto, além de detalhar os temas de interesse dos trabalhadores abordados. Apresentou os desafios
246 das pautas sindicalistas diante da polarização do Congresso, tratou do debate sobre o custeio sindical
247 e reforçou que o SINPAF se preocupava não apenas com a sua agenda, mas com a agenda geral do
248 país. Falou também sobre as PECs da escala de trabalho e da redução de carga horária do ponto de
249 vista político, julgando que o mais provável seriam soluções intermediárias, e citou as negociações
250 coletivas recentes, desejando que incluíssem os servidores públicos. Ainda, apontou a preocupação
251 com a regulamentação da inteligência artificial, que precisava da participação dos trabalhadores, e
252 opinou sobre a atuação do SINPAF na COP 30, especificamente com relação às pautas ruralistas.
253 Demonstrou preocupação com o PL nº 3.904/2023, sobre a Política Nacional de Agroecologia e
254 Produção Orgânica, e finalizou explicando a reforma administrativa da Câmara. Afirmou que o
255 SINPAF tinha muito a colaborar no Congresso Nacional com relação à pauta do meio ambiente e
256 sustentabilidade. Ato seguinte, a Sra. Mariel Angeli disse que a fala anterior foi o pano de fundo para
257 a discussão sobre o papel das estatais. Anunciou que eram 122 estatais federais à data, 44 sob controle
258 do Governo, das quais 17 dependiam do Tesouro Nacional, incluindo Embrapa e Codevasf, e 78
259 subsidiárias. Apresentou notícias com relação ao déficit orçamentário sofrido pelas estatais em 2024,
260 explicando que os dados consideravam apenas as empresas sob controle do Governo, maquiando os
261 resultados, e afirmou que foram divulgados dados incompletos. Destacou o volume de trabalhadores
262 das estatais, assim como a importância do trabalho desenvolvido por elas, e citou os orçamentos da
263 Embrapa e da Codevasf e a tramitação das propostas orçamentárias. Explicou o conceito da
264 contingência orçamentária e lembrou que, anualmente, a Embrapa divulgava qual seria o lucro social
265 da empresa, a fim de tentar mostrar para a sociedade o retorno do dinheiro investido pelo Governo,
266 informando que o lucro social em 2024 tinha sido de R\$ 107 bilhões. Citou a geração de empregos
267 como outro benefício social da Embrapa e resumiu que, a cada R\$ 1,00 investido na empresa, a
268 Embrapa devolvia R\$ 25,00 ao país. Apontou que o orçamento da Embrapa e da Codevasf tinham
269 aumentado nos últimos anos, porém as empresas receberam menos do que o estimado, resultando em
270 uma queda do orçamento da Embrapa. Falou sobre a mudança de direcionamento político na
271 Codevasf e explicou a dinâmica entre o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, os valores
272 efetivamente aprovados, os valores empenhados e os valores liquidados. Ilustrou os orçamentos de
273 despesas correntes e de investimentos da Embrapa e da Codevasf, diferenciando-os e
274 contextualizando o planejamento deles, além de comparar a diferença entre as propostas

275 orçamentárias e os valores executados desde 2011, que foram menores, afetando o orçamento de
276 investimentos. Afirmou que o orçamento total da Embrapa para 2025 era de R\$ 4,5 bilhões e o da
277 Codevasf de R\$ 1,05 bilhão e reforçou que, embora em 2024 o orçamento de investimentos tivesse
278 sido metade do planejado, o total foi superior aos anos anteriores. Refletiu sobre os efeitos do
279 protagonismo político da Codevasf no seu orçamento, que tinha aumentado, e mencionou as emendas
280 parlamentares. Argumentou que o orçamento de investimento nas estatais ficava estagnado ou zerado
281 em governos que consideravam o serviço público desnecessário, o que refletia também na realização
282 de concursos. Finalizou refletindo sobre o interesse do Congresso em investir na Codevasf como a
283 captura de recursos públicos para interesses privados. Iniciando as manifestações, o participante Néio
284 Lúcio, S.S. Gado de Leite tratou da luta pelo adicional de escolaridade para técnicos e assistente e
285 questionou quais estratégias orçamentárias poderiam ajudar na demanda, tendo em vista o
286 congelamento orçamentário. Em seguida, o Sr. Haron Abrahim Magalhães Xaud, Roraima, falou
287 sobre os projetos e as mudanças culturais pelas quais a Embrapa passava diante do concurso realizado,
288 além de colocar a comunicação no Congresso Nacional como ponto inicial da modernização da base.
289 O Sr. Jorge Vidal concordou que a Codevasf estava sendo usada pelo Congresso e lamentou a situação
290 política atual do país. Apresentou o cenário de caça às competências de exercício profissional e
291 perguntou como a situação poderia ser alterada. A seguir, a Sra. Andréia arrazouo que a dívida pública
292 não era auditada, embora consumisse quase metade do orçamento, lamentou a liberação da licença
293 ambiental e indagou sobre a possibilidade do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
294 Socioeconômicos – DIEESE fazer a observância da Embrapa desde 2016, quando o orçamento
295 começou a ser reduzido, e apresentar os dados ao Tribunal de Contas da União – TCU ou à
296 Controladoria-Geral da União – CGU de modo a proteger o orçamento público. Após, o Sr. Ênio
297 Fraga, S.S. Solos, abordou o orçamento da Embrapa, citando o lucro social e as economias que as
298 tecnologias da empresa convertiam para o país. Resumiu o discurso da oposição, que argumentava
299 que 95% dos gastos da Embrapa eram com pessoal, o que precisaria ser reduzido, e confirmou que a
300 diferença de posicionamentos políticos entre o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Parlamento
301 gerava efeitos negativos para o país. Então, o Sr. Valterlei José de Moura, Acre, pediu que os debates
302 da presente Plenária tivessem continuidade e lembrou que o orçamento da Embrapa era administrado
303 pela sua diretoria, que não necessariamente investia da forma que o movimento sindical julgava mais
304 adequada. Somou que os profissionais atuais já não tinham recursos para trabalhar como deveriam e
305 que, portanto, as novas contratações poderiam tornar-se obsoletas. O Sr. Pedro Melo refletiu sobre as

306 apresentações e endossou a fala de que os sindicatos e a sociedade civil organizada precisavam
307 começar a trabalhar nas mudanças necessárias. Já o Sr. Mauricio Castelo Branco Santana, S.S.
308 Embrapa Teresina, posicionou-se como contrário às alianças políticas que corrompiam a sua essência
309 e indicou que o Congresso atual era fruto de um processo eleitoral fraudulento, envolvendo a compra
310 ilegal de votos, além de discorrer brevemente sobre o cenário político brasileiro. Em resposta, a Sra.
311 Mariel Angeli apontou a dificuldade de trabalhar com o Congresso atual como uma unanimidade e
312 propôs um trabalho de conscientização sobre a questão desde a base. Valorizou as articulações
313 sindicais para construção dos planos de cargos e salários e disse que o orçamento era fundamental
314 para manter o patamar do lucro social das empresas. Sugeriu também atenção aos canais de
315 comunicação e às notícias vinculadas. Encerrada a mesa, o Sr. Jean Kleber de Sousa Silva informou
316 que a Diretoria de Comunicação tinha feito uma pesquisa na Plenária anterior sobre a comunicação
317 do SINPAF e destacou o desejo pelo material impresso, o que foi executado em um Jornal Formativo,
318 que estava disponível para todos. Ato seguinte, instalou-se a mesa: Lutas nas empresas estaduais e
319 Distritos de Irrigação. Foram convidados para participar: Sr. Antônio Marcos, Diretor Nordeste, como
320 coordenador; Sr. Clézio Santos, DIF; Sr. Eduardo Scarquette, Presidente da S.S. Bom Jesus da Lapa;
321 Sr. Carlos Hermínio, representante dos trabalhadores do CONSAD Codevasf; e Sr. Alberto Silva,
322 Gerente de Produção e Irrigação da Codevasf. O Sr. Antônio Marcos introduziu a mesa agradecendo
323 os convidados e contextualizou a origem do tema. Dando início às falas, o Sr. Carlos Hermínio
324 agradeceu e saudou os presentes e contextualizou o Distrito de Irrigação desde a sua criação na
325 Codevasf. Relatou a experiência do México com relação à irrigação e pediu que a questão fosse vista
326 como uma política pública. Apresentou a Comissão Nacional de Águas do México, cuja missão era
327 implementar políticas, programas e ações específicas que contribuíssem para o uso mais eficiente dos
328 recursos hídricos e contava com a participação social e privada, responsáveis pela operação,
329 conservação e administração das obras hidráulicas de forma autônoma e autossuficiente financeira e
330 administrativamente. Citou os investimentos mexicanos na otimização do uso da água na agricultura.
331 Avançou relatando o histórico brasileiro com relação à irrigação desde a década de 1980, quando o
332 sistema de irrigação era operado pela Codevasf, e listou os problemas identificados no sistema, como
333 a burocracia excessiva e a ausência de participação dos irrigantes. Contextualizou os avanços no
334 sistema de irrigação ao longo dos anos, com destaque para a revolução gerada ao envolver-se os
335 irrigantes e o entendimento de que o setor privado era mais eficiente do que o público na gestão de
336 empreendimentos agrícolas. Disse que a Codevasf continuava como indutora do processo de

desenvolvimento, enquanto o Distrito de Irrigação, através de seus membros, assumia a responsabilidade de instituir um conselho de administração. Definiu que distritos são entidades de direito privado e caráter coletivo instituídos juridicamente na forma da associação civil sem fins lucrativos, na qual a participação dos irrigantes é compulsória, além de detalhar o seu funcionamento. Listou como objetivos de uma administração eficiente para os Distritos de Irrigação: a modernização da gestão dos projetos públicos de irrigação, atendendo aos princípios legais de gestão democrática e participativa, com vistas a adoção de modelos de organização social; o desenvolvimento de instrumentos jurídicos adequados para a delegação de competência; a implementação de sistema de informações, gestão de indicadores de desempenho; a adoção de metodologia para monitoramento; o estabelecimento de critérios de priorização das ações para efetiva emancipação através de planos de emancipação; a definição de critérios para calcular e aplicar as tarifas de águas reais e sustentáveis; a capacitação dos técnicos; a garantia de recursos para execução das atividades. Ato seguinte, o Sr. Alberto Silva destacou a relevância da irrigação na Codevasf e a importância do sistema para a agricultura e a segurança alimentar. Falou sobre o projeto de irrigação executado no segundo município mais pobre do Estado de Goiás, que já beneficiou mais de 18 mil famílias. Disse que, no projeto, a Codevasf construiu a estrutura e passou a administração para os moradores, que ficaram responsáveis pela gestão e manutenção da infraestrutura. Apresentou a organização da gestão das irrigações e diferenciou os projetos de interesse social dos demais projetos do ponto de vista da Codevasf. Descreveu as tarifas do sistema de irrigação, sendo a K1 referente à amortização do investimento do poder público e a K2 o rateio das despesas do sistema. Enumerou como desafios dos projetos de irrigação: a carência orçamentária, principalmente para os projetos de interesse social; as despesas com energia elétrica; a reabilitação da infraestrutura de uso comum; e a inovação. Por fim, apresentou as conclusões dos relatórios feitos recentemente sobre os sistemas de irrigação, que apontaram como ações necessárias: reabilitar a infraestrutura de uso comum; incentivar parcerias institucionais para novas tecnologias; incentivar e fomentar a adoção de novas culturas; e buscar fontes alternativas de energia. Em posse da palavra, o Sr. Clézio Santos apresentou o Distrito de Irrigação do município de Bom Jesus da Lapa, empreendimento público construído pelo Governo Federal através da Codevasf. Apontou como objetivos: combate à seca; fixação do homem no campo; geração de emprego e renda; e produção de alimentos. Tratou também das funções do Distrito, a composição, a estrutura fundiária, a infraestrutura, a capacidade do sistema, a equipe de trabalhadores, as culturas cultivadas e a distribuição dos produtores. Explicou que o K2 era cobrado

368 mensalmente sobre a área irrigável do lote agrícola e o variável era cobrado também mensalmente,
369 porém sobre o volume de água fornecido para irrigação. Apresentou os resultados dos investimentos
370 da Codevasf no Distrito. Ato contínuo, o Sr. Eduardo Scarquette disse que a S.S. de Bom Jesus da
371 Lapa representava os empregados do Distrito de Irrigação e relatou as tratativas de negociação para
372 elaboração de acordo coletivo, iniciadas no final de 2024. Discorreu sobre as exigências a serem
373 consideradas na elaboração do plano operacional de 2025, considerando os impactos do acordo
374 coletivo. Apresentou como resultados na negociação: reajuste salarial de 4,87%, folga mensal
375 acumulável, oficialização de hora extra e estabelecimento da relação do banco de horas e do
376 pagamento de horas extras. Somou que o Conselho de Irrigação aprovou o acordo coletivo e apontou
377 a diferença com relação à negociação financeira dentro do Distrito de Irrigação por tratar-se de uma
378 iniciativa privada. Iniciando as manifestações, o Sr. Paulo José apresentou as suas conquistas através
379 de acordos coletivos, tanto para os trabalhadores quanto para a negociação coletiva de dívidas. Disse
380 que a Codevasf tinha 1.500 hectares prontos para irrigar e 420 mil hectares para serem irrigados e
381 pediu a volta dos recursos para investimentos. A Sra. Andrea Matos parabenizou a pauta, indicando
382 que o momento tinha sido de formação, e sugeriu que fossem feitas apresentações sobre os trabalhos
383 desenvolvidos pela Embrapa. A seguir, o Sr. Jorge Vidal concordou com a fala anterior, reforçando
384 a importância do trabalho desenvolvido pelas empresas representadas na Plenária. Após, o Ênio Fraga
385 demonstrou admiração com a evolução da agricultura brasileira e pediu que o papel da Embrapa nesta
386 evolução fosse destacado. Em seguida, o Sr. Valterlei José de Moura elogiou o trabalho da Codevasf,
387 com ênfase na segurança alimentar e hídrica, e criticou a política da má-fé brasileira. Já o Sr. Jasiel
388 Nunes Souza perguntou se a participação da Embrapa nos projetos de irrigação era efetiva e se a
389 empresa indicava as culturas a serem cultivadas. O Sr. Haron Abrahim Magalhães Xaud questionou
390 sobre os impactos da irrigação em relação à diminuição da emissão de carbono e da salinização da
391 água e a convivência dos sistemas com o meio ambiente, tendo em vista a COP 30. Ainda, o Sr. Paulo
392 continuou sua fala tratando da proposta de criação de um banco de projetos da Codevasf para o
393 direcionamento das emendas parlamentares, além de pedir que as ações da empresa fossem
394 divulgadas. Com a palavra, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal agradeceu as falas e abordou a
395 questão da compartimentalização dos processos das empresas, concordando que as ações deveriam
396 ser difundidas tanto internamente quanto externamente. Pediu que a Embrapa e a Codevasf fossem
397 democráticas, públicas e inclusivas. Em resposta, o Sr. Carlos Hermínio endossou a fala de que os
398 temas expostos precisavam ser debatidos e divulgados e lembrou da excelência da Codevasf no

399 passado, quando havia viabilidade para pesquisa. Adiante, o Sr. Clézio Santos falou que a
400 implantação da irrigação era limitada pela restrição orçamentária e relatou que estavam sendo
401 montadas pequenas unidades para experimento de novas tecnologias na Codevasf, que eram usadas
402 como modelos de sucesso na busca por investimentos. Falou sobre o banco de projetos da Codevasf,
403 cujo objetivo era que fosse transformando em um programa de governo, e desejou colocar a irrigação
404 no orçamento através de um acordo de cooperação técnica interministerial. Acrescentou que a
405 produção de uva no semiárido gerou um valor bruto de R\$ 3 bilhões, cultura desenvolvida pela
406 Embrapa, e insistiu que as empresas atuavam de forma complementar e precisavam trabalhar juntas.
407 Ainda, o Sr. Eduardo Scarquette argumentou que a Codevasf tinha sido sequestrada pelos
408 parlamentares e que o banco de projetos da empresa estava aguardando oportunidades de ser aplicado.
409 **ENCERRAMENTO 22/05/2025:** Finalizada a pauta, a Sra. Franciana Aparecida Volpato encerrou
410 o primeiro dia da 23ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação e colaboração
411 de todos(as). **ABERTURA 23/05/2025:** O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal iniciou o segundo dia
412 da 23ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento
413 Agropecuário – SINPAF cumprimentando a todos. A seguir, a Sra. Franciana Aparecida Volpato
414 anunciou a mesa, de sua coordenadoria: Combate ao racismo: uma luta coletiva. Convidou para
415 compor a mesa: a Sra. Karoline Bandeira, Conselheira de Políticas para Mulheres de São Paulo e o
416 Sr. Zeca Magalhães, Diretor de Relações Institucionais. Em posse da palavra, a Sra. Karoline
417 Bandeira se apresentou e falou sobre a importância de combater o racismo em todos os espaços
418 possíveis. Contextualizou que racismo era crime desde 1989, resumiu as leis a respeito do tema e
419 tratou do combate à desinformação. Afirmou que não bastava não ser racista, era preciso ser
420 antirracista, e frisou que as mulheres pretas eram a fatia da população pior remunerada do país. Falou
421 sobre o perfilamento marginalizado reproduzido no país, pediu o apoio de todos com as estratégias
422 antirracistas e explicou a estrutura social do racismo e o conceito de racismo estrutural. Destacou que
423 o combate ao racismo é uma luta coletiva e agradeceu a escuta dos presentes. Lembrou que as cotas
424 raciais tinham sido estabelecidas apenas em 2003, exemplo de que a sociedade avançava com a
425 implantação de políticas públicas. Contou a sua história como exemplo das dificuldades enfrentadas
426 pelos pretos e descreveu o mercado de trabalho atualmente, com destaque para a diferença salarial
427 em comparação com as pessoas brancas, principalmente mulheres. Enfatizou o papel da informação
428 e listou como ações afirmativas de combate ao racismo nas empresas: a organização de comitês de
429 diversidade e inclusão, a criação de políticas eficazes contra o racismo, a igualdade salarial, a

430 implantação de canais de denúncia seguros, a implantação de treinamento de combate e
431 enfrentamento racial, a aplicação de ações afirmativas de conscientização e letramento racial, a
432 promoção da diversidade nas lideranças e a realização de processos seletivos para vagas afirmativas
433 e programas de empregabilidade. Ato seguinte, o Sr. Zeca Magalhães disse que falaria sobre a sua
434 vivência como vítima de racismo e afirmou que o movimento sindical tinha a obrigação de usar um
435 momento como o da Plenária como formação política. Pediu que os presentes replicassem os
436 conhecimentos adquiridos em suas bases e refletiu sobre a herança deixada pelos mais de 400 anos
437 de escravidão no Brasil. Citou que as presidências das centrais sindicais ainda não tinham sido
438 ocupadas por pretos e louvou a consciência política dos presentes. Discorreu sobre a importância do
439 senso de coletividade nas ações antirracistas. Iniciando as manifestações, o Sr. Marcus Vinicius
440 Sidoruk Vidal elogiou as falas e concordou com a necessidade de disseminação das informações sobre
441 o racismo em um movimento político e pedagógico. Discorreu sobre a estrutura de classes sociais no
442 Brasil, composta por uma elite perversa e uma parcela significativa de pessoas que sofrem as
443 consequências da escravidão. A Sra. Natalie de Alcantara Ramos Baião, S.S. Solos, sugeriu que a
444 formação dos palestrantes fosse incluída na pauta e observou um cansaço da população negra em
445 precisar constantemente educar sobre o racismo, perguntando o que a Sra. Karoline Bandeira achava
446 sobre a questão, além de reforçar que o tema precisava ser disseminado. A seguir, a Sra. Fabiane
447 Goldschmidt Antes parabenizou a escolha da pauta, relatou sua experiência com o racismo do ponto
448 de vista de uma pessoa branca e enfatizou a importância da educação no combate à desigualdade
449 social. Em resposta, a Sra. Franciana Aparecida Volpato explicou que cada palestrante encaminha
450 com antecedência o resumo de suas atribuições e formações para inclusão na pauta, caso contrário o
451 documento ficaria longo. Então, a Sra. Karoline Bandeira agradeceu as falas e resumiu sua trajetória
452 sindical, abordando as dificuldades em se posicionar. Relatou que, por muitos anos, os pretos
453 debateram a questão racial apenas entre si e disse que o objetivo era erradicar o racismo no Brasil.
454 Concordou que a batalha por uma sociedade antirracista começava nas escolas e criando uma geração
455 com consciência de classe. Dando continuidade, o Sr. Sérgio da Silva, Diretor de Saúde, parabenizou
456 a mesa e enfatizou a importância do debate, além de abordar o tema do preconceito dentro da esfera
457 sindical. A Sra. Ilmarina Campos de Menezes tratou da herança escravagista do Brasil e da
458 impregnação da colonização. Mencionou um estudo recente sobre a formação da população brasileira,
459 que apontou que a herança genética do lado materno apresentou mais traços africanos e indígenas do
460 que o lado paterno, marcas da exploração sexual sofrida pelas mulheres pretas e indígenas. Associou

os debates de raça e gênero e sugeriu a criação de uma Diretoria de Combate ao Racismo ou Diretoria de Etnia no SINPAF. Adiante, a Sra. Maria Solange Martins, S.S. Campo Grande, agradeceu a Sra. Karoline Bandeira pela luta e a Sra. Paula Schutz Bittencourt Pucci lembrou do sofrimento envolto na pauta do racismo e descreveu a desumanização à qual os escravizados foram submetidos. Na sequência, o Sr. Valterlei José de Moura tratou da discriminação contra pessoas com deficiência e afirmou que a dívida do país com as pessoas pretas e deficientes era impagável. A seguir, o Sr. Marcelo Cavalcanti dos Santos Chagas relatou que as cotas tinham sido criadas de forma provisória e com o objetivo de permitir a ascensão dos grupos não privilegiados à educação superior e aos concursos públicos. Argumentou que a intenção inicial era melhorar a educação para que as cotas não fossem mais necessárias, mas tornaram-se uma solução permanente para o descaso com a educação. Após, a Sra. Jasna Maria Luna Marques elogiou a pauta e falou sobre o comitê que tratava as questões de equidade de gênero e raça na Codevasf. Citou também o programa do Ministério das Mulheres direcionado para o público feminino, que incentivava ações nas empresas, assinado pela Embrapa e pela Codevasf. Subsequentemente, o Sr. Jean Kleber de Sousa Silva discorreu sobre o conceito de lugar de fala e sobre a evolução do acesso às universidades em decorrência da política de cotas. Em seguida, o Sr. João Cordeiro da Fonseca, Recife, perguntou sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas com relação à opressão, ao domínio e à visão da mulher como posse do marido. Falou também sobre a necessidade de desqualificar os estereótipos estruturantes do Estado, a exemplo das polícias. A Sra. Andréia afirmou que o racismo não seria superado sem a superação do capitalismo e apontou que a política de terceirização era voltada principalmente para os pretos, inclusive na Embrapa, o que via como uma ameaça para o próprio SINPAF. Então, o Sr. Orlando Oliveira Silva, S.S. Cruz das Almas, pediu que o debate fosse replicado, defendeu as cotas e diferenciou a imigração europeia da escravidão africana e indígena. Questionou se existia algum estudo na área da psicologia voltada para pessoas pretas e o efeito do racismo nesta população. Continuamente, o Sr. Mauricio Castelo Branco Santana, perguntou como a Sra. Karoline Bandeira deixou de ser reativa com relação à pauta do racismo e passou a ser propositiva e se colocou como fruto de uma sociedade racista e machista em busca de superação. Já a Sra. Izete Barbosa dos Santos, Macapá, relatou que os pretos continuavam sem condições dignas de sobrevivência, como quando da abolição da escravidão. Contou também sobre um episódio de preconceito que sofreu por ser sindicalista e listou como atitudes antirracistas: a escuta dos pretos, a busca de conhecimento sobre a pauta, falar e corrigir falas sobre o racismo, a defesa da educação antirracista, o questionamento de privilégios e desigualdades,

492 o apoio aos negócios das pessoas pretas e o apoio aos pretos no ambiente de trabalho. Adiante, o Sr.
493 Haron Abraham Magalhães Xaud agradeceu as apresentações e explicou que o Instituto Brasileiro de
494 Geografia e Estatística - IBGE considerou o racismo como um fator para definir se a pessoa é branca,
495 parda ou preta. Abordou o preconceito contra nortistas, inclusive na Embrapa, envolvendo a
496 valorização profissional. Por último, o Sr. Felipe Haubert Pilger acrescentou que a Embrapa somente
497 contratou pretos e pardos após a interferência do Ministério Público. Em resposta, a Sra. Karoline
498 Bandeira elogiou o debate e afirmou que houve a abolição da escravidão, porém não a libertação do
499 povo preto, que ficou desamparado e não teve reparação até os dias atuais. Disse que as cotas tinham
500 sido criadas também para promover a equidade e a igualdade racial e social, o que ainda não tinha
501 sido atingido. Somou que o Estado precisava tornar práticas as políticas públicas e avanços existentes.
502 Discorreu sobre a consciência coletiva, garantiu que não se cansava de falar sobre o combate ao
503 racismo e pediu desculpas por não mencionar a causa das pessoas com deficiência. Elogiou o
504 enriquecimento do debate com relação às falas de pessoas que concordavam que precisavam melhorar
505 com relação ao antirracismo e afirmou que o problema não era ser chamada de "preta", uma vez que
506 de fato pertencia à este grupo, mas sim ser diminuída pela sua cor. Destacou as falas com relação à
507 violência sofrida contra as mulheres, reforçou a questão do inconsciente coletivo e agradeceu o espaço
508 de fala. Em conclusão, o Sr. Zeca Magalhães apontou que o justo seria que as cotas perdurassem por
509 400 anos, a fim de promover a igualdade, e discorreu sobre a meritocracia. Ato seguinte, instaurou-
510 se a mesa Gênero, para a qual foram convidados a Sra. Thaisa Magalhães, CUT/DF, e o Sr. Antônio
511 Megale, LBS, além da Coordenadora Silvia Belloni, Diretora da Mulher. Em posse da palavra, a Sra.
512 Thaisa Magalhães iniciou apresentando o conceito de cultura e enxergou a sociedade brasileira sob
513 as perspectivas da caracterização da cultura e da estruturação. Argumentou que o racismo era uma
514 característica da construção da sociedade brasileira e discorreu sobre a sociedade desde a libertação
515 dos escravos, destacando que o debate sobre a correção das desigualdades era recente. Resumiu que
516 toda a história da construção da sociedade brasileira era estruturada na exploração da mão de obra
517 das pessoas pretas, o que também se refletia nas mulheres. Citou que a sociedade brasileira tinha sido
518 construída pelo patriarcado e relatou que, historicamente, as mulheres brasileiras pobres sempre
519 cuidaram da casa e da família e trabalharam. Reforçou que, até os dias atuais, a estrutura de poder do
520 Brasil ainda era predominada por homens brancos da elite, à espelha do modelo europeu trazido ao
521 país, e tratou das categorias de trabalho consideradas reprodutivas, executadas majoritariamente por
522 mulheres, como professoras e enfermeiras, mal remuneradas. Mencionou também outros públicos

523 discriminados e discorreu sobre o acúmulo da jornada de trabalho que a maioria das mulheres
524 enfrentavam, enfatizando o papel do Estado como apoio para as mulheres através de serviços como
525 creches em período integral e saúde pública de qualidade, o que não estava sendo disponibilizado.
526 Apontou como a sobrecarga prejudicava a saúde das mulheres, inclusive psicológica, além de falar
527 sobre o trabalho das mulheres no campo e a falta de direitos que encaravam. Tratou da violência e do
528 medo como mecanismos de controle social poderosos contra mulheres e argumentou que a violência
529 somente seria rompida com uma desconstrução social. Afirmou que todo mundo é machista, uma vez
530 que é impossível ficar imune à sociedade em que se vive, o que precisaria ser entendido para dar
531 início à desconstrução do preconceito. Por fim, disse que seria preciso a responsabilização coletiva
532 para a construção de uma sociedade diferente. Ato contínuo, o Sr. Antônio Megale apresentou um
533 relatório do Ministério das Mulheres com os dados socioeconômicos das mulheres entre 2014 e 2025,
534 destacando que 60% das mulheres que sofriam violências eram pretas e pardas, enquanto em 80% a
535 violência foi infringida por homens, mais de 70% dos casos ocorrendo dentro de casa. Somou que
536 32% dos casos eram de violência psicológica e que, entre 2015 e 2024, foram mais de 500 mil casos
537 de estupro no país. Resumiu o relatório “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” e
538 apresentou a campanha Laço Branco, a respeito da mobilização dos homens pelo fim da violência
539 contra as mulheres. Apontou como objetivos da campanha o reconhecimento dos homens como
540 opressores e privilegiados, a mobilização dos homens e o combate à violência. Confirmou que os
541 direitos das mulheres começaram a ser construídos recentemente e mencionou que, embora as
542 mulheres fossem 53% do eleitorado, eram apenas 34% dos candidatos e 17% dos eleitos. Citou os
543 avanços recentes com relação aos direitos das mulheres, como a igualdade salarial e o protocolo de
544 julgamento sobre a perspectiva de gênero e antidiscriminatória, interseccional e inclusiva. Em posse
545 da palavra, a Sra. Franciana Aparecida Volpato concordou que toda a sociedade precisava se
546 desconstruir e enfatizou que todas as mulheres estavam sujeitas ao assédio. Iniciando as
547 manifestações, o Sr. Joaquim Cleber desculpou-se e retratou-se por ter se equivocado na forma como
548 falou com uma mulher numa reunião virtual. Então, o Sr. Elanderson Soares Lima refletiu sobre a
549 consolidação do machismo produzida pela Bíblia e o papel das religiões na pauta. A seguir, o Sr. João
550 Cordeiro da Fonseca parabenizou o Sr. Antônio Megale por se admitir gay e machista e discorreu
551 sobre o processo de construção e desconstrução de conceitos. A Sra. Fabiane Goldschmidt Antes
552 refletiu sobre o papel dos representantes sindicais como atores de mudança e pediu que os homens
553 apoiassem a luta das mulheres. Já a Sra. Michelliny Pinheiro de Matos Bentes, Diretora Regional

554 Norte, demonstrou contentamento com os temas apresentados e destacou a pauta da valorização e do
555 respeito às mulheres nas empresas, inclusive das mulheres rurais. Adiante, a Sra. Izete Barbosa dos
556 Santos relatou que as mulheres em cargos importantes nos sindicatos também sofriam com o
557 preconceito, inclusive por parte de outras mulheres, e cobrou respeito. Diferenciou princípios bíblicos
558 de princípios criados pelo homem e pela igreja. Em seguida, o Sr. Valterlei José de Moura concordou
559 com a influência da cultura nos comportamentos reproduzidos pela sociedade e defendeu que os
560 cargos devem ser ocupados por pessoas competentes, independentemente do gênero. Então, o Sr.
561 Zeca Magalhães ressaltou que as lutas travadas atualmente pelos movimentos sindicais levariam
562 frutos para as gerações seguintes. Subsequentemente, o Sr. Jorge Federico Orellana Segovia falou
563 que a construção de mentes abertas começava em casa, citou as relações de dominação de homens
564 contra mulheres e insistiu que as mulheres devem se respeitar e ser respeitadas. Com a palavra, o Sr.
565 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal endossou as falas anteriores e sugeriu que o tema voltasse a ser
566 debatido associado à classe social dos trabalhadores. Em resposta, a Sra. Thaisa Magalhães refletiu
567 sobre a diferença entre religião e religiosidade, além de tratar da influência da Igreja na história do
568 Brasil. Defendeu os espaços de debate, de admissão de erros e de reconstrução e acrescentou que as
569 mulheres não desejavam participar de espaços de reprodução de violência, misoginia e machismo,
570 incluindo os próprios sindicatos, mesmo com pautas importantes para discutir. Solicitou que os
571 sindicatos fornecessem formação sindical para as mulheres e afirmou que todos os problemas
572 enfrentados pelas mulheres trabalhadoras eram de escopo dos sindicatos. Ainda, argumentou que,
573 embora todas as pautas sindicais fossem importantes, elas não eram tratadas com equidade, e explicou
574 a relação das pautas sindicais com a política nacional. Ainda, o Sr. Antônio Megale disse que a fala
575 do Sr. Joaquim Cleber foi de encontro com os objetivos da campanha Laço Branco e agradeceu o
576 espaço de fala. Em conclusão, a Sra. Silvia Maria Belloni reforçou que o objetivo da pauta era a
577 reflexão sobre o tema do gênero e a Sra. Franciana Aparecida Volpato encerrou a mesa. Após o
578 intervalo, a Sra. Franciana Aparecida Volpato instalou a mesa Inclusão e Diversidade: Da Teoria à
579 Prática, coordenada por ela. Convidou para participar: Sr. Johari Silva, Vice-Presidente da Casa Dulce
580 Seixas e ativista LGBTQIAPN+, e Sr. João Macedo, CUT/DF. Em posse da palavra, o Sr. Johari
581 Silva se apresentou como uma pessoa trans não-binária e citou a Constituição Federal para afirmar
582 que todos são iguais perante a lei, o que não era realidade no país. Narrou a história do movimento
583 LGBTQIA+, destacando a criminalização, as punições contra pessoas LGBTQIA+, o surgimento do
584 movimento, a relação com a epidemia de HIV e AIDS, a conquista do casamento e a criminalização

585 da LGBTfobia. Relatou o crescimento da LGBTfobia e da transfobia institucional em 2025 e a criação
586 de leis que restringem o acesso de pessoas trans à saúde, educação e ao reconhecimento pelo mundo.
587 Discorreu sobre as transformações da sigla LGBTQIAPN+, explicando o que cada uma das letras
588 representava e o conceito de ideologia de gênero. Informou que o Brasil estava no topo do ranking
589 de países que mais matam pessoas LGBTQIA+ há 16 anos, embora também fosse o país que mais
590 consome pornografia trans e travesti. Disse que a estimativa de vida das pessoas trans e travestis era
591 de 35 anos e tratou da exclusão da população LGBTQIA+ do conceito de família unipessoal do
592 Programa Bolsa Família como um dos fatores que tornavam os jovens LGBTQIA+ 120% mais
593 propensos a viverem em situação de rua. A seguir, falou sobre o decreto que permitiu o uso do nome
594 social e apresentou os desafios futuros para os direitos humanos LGBTQIA+ no Brasil, pensando na
595 construção de uma sociedade mais justa e equânime, sendo eles: a diminuição da desigualdade, a
596 extinção do preconceito e o aumento da representação política. Ato seguinte, o Sr. João Macedo
597 explicou que os preconceitos presentes na sociedade se espelhavam nos sindicatos e afirmou que a
598 luta de classe passava pelos marcadores sociais e que as pautas sociais e laborais precisavam estar
599 interligadas. Lembrou das pautas sindicais, que envolviam um mundo melhor e mais igualitário, e
600 reforçou que a mudança começava com cada um. A seguir, discorreu sobre as ações da CUT com
601 relação à desconstrução do paradigma binário, a começar pela inclusão obrigatória das temáticas de
602 gênero e sexualidade na formação da escola sindical. Citou o almanaque produzido pela CUT para a
603 classe trabalhadora, abordando a questão de gênero e sexualidade, e insistiu na luta contra o
604 neocapitalismo e o neoliberalismo. Reiterou que as lutas pela inclusão deveriam ser interligadas e
605 apresentou a estratégia da CUT que visava que os sindicatos filiados a ela criassem coletivos
606 LGBTQIA+. Abordou a necessidade de os sindicatos alcançarem também as pessoas do mercado de
607 trabalho informal e falou sobre a formação sindical em parceria com a Organização Internacional do
608 Trabalho – OIT, chamada “Pride: Formação Sindical para Trabalhadoras e Trabalhadores
609 LGBTQIAPN+”, voltada para estes públicos. Pediu que todos os presentes olhassem o outro como
610 gostariam de ser olhados e que passassem a ser agentes de transformação. Iniciando as manifestações,
611 o Sr. Marcelo Cavalcanti dos Santos Chagas apontou que a extrema direita tinha as pessoas
612 LGBTQIA+ como vilãs, reforçou que o maior número de portadores de HIV eram pessoas
613 heterossexuais e discorreu sobre as morais religiosas e a aceitação. Ainda, parabenizou o debate sério
614 sobre diversidade em um sindicato. A seguir, o Sr. Sérgio Cobel parabenizou a caminhada dos
615 palestrantes e o Sr. Jorge perguntou como a sociedade tratava o público LGBTQIA+ antes de ser

616 condenado no Império Mongol. Em conclusão, o Sr. João Macedo falou que o primeiro passo da luta
617 era o entendimento de que a estrutura cultural binária precisaria ser desestruturada e pediu que o tema
618 nunca ficasse para o final de uma plenária, a fim de evitar o esvaziamento. Por fim, o Sr. Johari Silva
619 agradeceu o espaço de fala, desejou que todos tivessem mais consciência após as falas e contou que,
620 2.000 A.C., existiam civilizações onde a homossexualidade não era criminalizada. Afirmou que a
621 religiosidade não estava ligada à LGBTfobia, embora muitas pessoas usassem a religião para
622 perseguir minorias. Apontou a interseccionalidade entre gênero, raça e classe discriminadas e pediu
623 a promoção da diversidade, da equidade e da inclusão. Ainda, o Sr. João Macedo mostrou a placa
624 “Área de Proteção”, da CUT. Ato seguinte, foi instalada a mesa Planos de Previdência, sob
625 coordenação do Sr. Adilson Mota, Diretor Jurídico, e com a presença da Sra. Gláucia Costa, LBS;
626 do Sr. Fábio Noronha, Fundação São Francisco; e do Sr. Murilo Xavier Flores, Ceres. Em posse da
627 palavra, o Sr. Fábio Noronha disse que 2024 foi um ano de mercado financeiro instável, porém de
628 grandes realizações para a Fundação São Francisco. Destacou a regulamentação do novo
629 planejamento estratégico do quinquênio 2024-2028 e a alteração de estatuto da Fundação, aprovada
630 pela Codevasf e que incluiria a possibilidade de multipatrocínios. Citou a implementação de
631 normativos internos, com destaque para a nova área de governança da Fundação e as eleições para o
632 Conselho Fiscal e Deliberativo. Apresentou o mapa estratégico da Fundação, a evolução da área de
633 comunicação e a pesquisa de satisfação aplicada aos participantes. Falou que estava sendo
634 desenvolvida uma pesquisa com os funcionários da Codevasf que ainda não participavam dos planos
635 da Fundação a fim de apresentar os benefícios da previdência privada. Resumiu as melhorias sendo
636 aplicadas ao site, registrou os eventos do SINPAF nos quais a Fundação participou e insistiu na
637 previdência privada como forma de manutenção do padrão de vida dos trabalhadores da Codevasf.
638 Relatou que 70% dos novos funcionários aderiam ao plano de previdência no primeiro mês de
639 trabalho e listou os eventos transmitidos na Codevasf pela Fundação. Contou que a Fundação São
640 Francisco tinha 17 funcionários, disse se sentir respeitado como trabalhador da empresa e afirmou
641 promover o bom tratamento aos clientes, além de citar a formação proporcionada aos trabalhadores.
642 Sobre a gestão de investimentos, mencionou os ganhos substanciais em renda fixa como mais seguros
643 à data e falou sobre a troca de atuário para gestão de benefícios e a contratação de um novo sistema
644 de óbitos. Finalizou resumindo o número de participantes da Fundação e afirmou que a rentabilidade
645 conquistada estava acima da Taxa SELIC. Ato contínuo, o Sr. Adilson Mota introduziu o tema da
646 Fundação de Seguridade Social – Ceres demonstrando angústia e afirmando que o papel dos

647 sindicatos era apoiar os filiados e evitar que fossem prejudicados pelo processo de saldamento. Com
648 a palavra, o Sr. Murilo Xavier Flores iniciou explicando a diferença entre os investimentos nos planos
649 de previdência e no mercado financeiro em relação ao prazo de resgate, questão que costumava gerar
650 dúvidas. Afirmou que, na série histórica, a Ceres vinha batendo a meta atuarial acima do necessário
651 e concordou que a Fundação errou ao não comunicar os acontecidos com a contribuição
652 extraordinária, criada para compensar a reforma constitucional que alterou a contribuição patronal.
653 Esclareceu que a contribuição extraordinária tinha sido suspensa em 2024 em virtude dos bons
654 resultados atingidos em 2023, mas que a contribuição voltou a ser paga em 2025. Somou que o
655 aumento da contribuição extraordinária entre os anos de 2023 e 2025 tinha sido apenas para
656 acompanhar os aumentos dos salários e insistiu que não houve crise na Ceres. Tratou do saldamento,
657 decidido pela Embrapa, e informou que o processo dependia da autorização da Superintendência
658 Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Afirmou que lutaria para que não houvessem
659 perdas e anunciou que seria contratada uma auditoria atuarial, a fim de refazer os cálculos dos não
660 iminentes individualmente. Disse que o resultado da auditoria seria apresentado à diretoria da
661 Embrapa, que debateria os caminhos a serem seguidos. Reforçou que nenhum iminente receberia o
662 que pagou a mais, por tratar-se de um plano mutualista. Convidou a todos para passarem uma tarde
663 na Ceres, a fim de entender o trabalho da previdência, relatando que o primeiro grupo seria no dia 29
664 de maio e propôs um dia exclusivo para os integrantes do SINPAF. Dando continuidade, a Sra.
665 Gláucia Costa defendeu a previdência complementar fechada com participação ativa dos assistidos,
666 afirmando que a previdência proporcionava segurança financeira e jurídica, transparência e
667 compartilhamento das decisões. Cobrou a participação do SINPAF no saldamento, criticou os termos
668 de confidencialidade e lembrou da promessa do Sr. Murilo Xavier Flores feita na Plenária anterior de
669 que a Ceres não continuaria com o saldamento se ele resultasse em prejuízo para um participante
670 sequer. Solicitou que os dados da auditoria citada fossem divulgados para o SINPAF e que o Sindicato
671 participasse das tratativas com a PREVIC. Reforçou que o departamento jurídico do SINPAF estava
672 buscando e analisando informações a fim de garantir que ninguém tivesse prejuízos e informou que
673 o Sindicato entrou com uma ação para que as contribuições extraordinárias fossem deduzidas do
674 imposto de renda, demonstrando otimismo. Ainda, o Sr. Murilo Xavier Flores opinou que a diretoria
675 da Embrapa também não aceitaria um saldamento que causasse prejuízo e posicionou-se favorável
676 aos não iminentes. Iniciando as manifestações, o Sr. Adilson Mota pediu que a Ceres elegesse os
677 integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, parabenizou a pesquisa de satisfação e enumerou

678 como problemas crônicos da Fundação a comunicação, principalmente com não iminentes, e a falta
679 de transparência. A seguir, o Sr. Ademar Rodrigues Neto, Londrina, afirmou que o relatório parcial
680 divulgado pela Ceres indicava que 60% das aplicações não tinham garantias legais, que os salários
681 dos diretores tinham sido elevados ao teto e que todos receberam participação nos lucros e resultados,
682 mesmo a Fundação tendo tido prejuízo. Perguntou se o relatório final de 2024 seria divulgado. Após,
683 a Sra. Izete Barbosa dos Santos confirmou que a Ceres não se comunicava nem consultava os
684 beneficiários sobre as decisões e indicou falta de transparência. Pediu que os valores fossem bem
685 administrados e que fossem apresentados relatórios claros e periódicos. Então, o Sr. Marcos Tadeu,
686 S.S. Pantanal, questionou sobre a regulamentação da Flex Ceres com relação ao alinhamento dos 65
687 anos e informou que os funcionários da Fundação já teriam a regulamentação em seus planos. Em
688 seguida, o Sr. Felipe Haubert Pilger reforçou a promessa de que ninguém teria prejuízos e indagou
689 por que o saldamento continuaria, se não havia risco jurídico. Continuamente, a Sra. Paula Schutz
690 Bittencourt Pucci demonstrou preocupação com a sustentabilidade dos planos da Ceres e lembrou
691 que, em um plano mutualista, o dinheiro aplicado não poderia ser retirado. Adiante, a Sra. Andrea da
692 Silva Campos, Embrapa Solos, contou sobre o seu ingresso da Embrapa, quando foi oferecido um
693 plano da Ceres, afirmou não acreditar em mais nada do que era dito e argumentou que, embora o
694 saldamento fosse legal, não era justo. Na sequência, o Sr. Murilo Xavier Flores informou que o
695 Relatório de Controles Internos – RCI dependeria da autorização do Conselho Fiscal e Deliberativo
696 para ser divulgado e garantiu que estava fazendo todo o possível para que a Ceres fosse uma
697 previdência de excelência. Afirmou que os apontamentos da auditoria da Embrapa tinham sido
698 solucionados e que os problemas da Fundação estavam sendo resolvidos. Confirmou que a PREVIC
699 não autorizaria devoluções, dado que a Ceres era um plano mutualista, o que tinha sido confirmado
700 pelas decisões judiciais. Disse que o alinhamento dos 65 anos ainda não estava no plano Flex,
701 lembrando que a decisão sobre a questão era da Embrapa e que seria divulgada conjuntamente com
702 o saldamento. Reforçou que não havia risco jurídico no saldamento, solução encontrada para
703 compensar os anos a mais que as pessoas estavam trabalhando além do previsto sem querer continuar
704 pagando a previdência. Pediu desculpas, pois precisaria se ausentar do restante da Plenária. Então, o
705 Sr. Adilson Mota solicitou que as demais perguntas fossem encaminhadas ao Sr. Murilo Xavier Flores
706 para serem respondidas posteriormente, assim como o registro em vídeo da garantia de que ninguém
707 teria prejuízos com o saldamento. Dando continuidade, o Sr. Lucas Ednei Lima Santana, S.S.
708 Cerrados, disse que, na Plenária Regional Centro-Oeste do SINPAF, a Ceres informou que o

709 saldamento foi proposto em vista do risco jurídico, o que tinha sido desmentido na presente Plenária.
710 Solicitou que o SINPAF resgatasse a gravação da Plenária Regional e pediu respeito aos assistidos
711 da Ceres, que não teriam acesso às informações da auditoria, apesar de serem os possíveis
712 prejudicados. A seguir, o Sr. João Cordeiro requisitou a disponibilização dos contratos da Ceres e o
713 Sr. Jasiel Nunes Souza falou que o Sr. Murilo Xavier Flores repetiu a sua fala da Plenária anterior,
714 quando também prometeu visitar todas as seções sindicais para explicar sobre o saldamento, o que
715 não aconteceu, e demonstrou indignação com a situação. Após, o Sr. Adilson Mota retomou que
716 faltava à Ceres comunicação, transparência e governança, além de duvidar que a PREVIC aprovasse
717 o saldamento. Então, a Sra. Andrea Campos disse ter sentido vergonha ao comparar as apresentações
718 da Ceres e da Fundação São Francisco e agradeceu a luta de classe. Resumiu que o saldamento estava
719 sendo feito para a Embrapa economizar dinheiro, indicando que a empresa deveria ser cobrada sobre
720 a pauta. Ainda, o Sr. Paulo José da Silva, Codevasf 3ª SR Petrolina, demonstrou preocupação com a
721 situação e relatou a sua experiência com o saldamento na São Francisco, parabenizando o trabalho da
722 Fundação. Em resposta, o Sr. Fábio Noronha resumiu que a previdência tratava da necessidade de
723 garantir uma qualidade de vida no futuro e relatou o processo de saldamento ocorrido na São
724 Francisco em 2017, iniciado em 2004 em decorrência do aumento exponencial da expectativa de vida.
725 Em conclusão, a Sra. Gláucia Costa expôs que a intenção do saldamento sempre foi gerar uma
726 economia para a Embrapa e informou que a PREVIC tinha apresentado uma relação extensa de
727 alterações que a Ceres precisaria responder para que o processo fosse aprovado. Discorreu sobre o
728 escopo da PREVIC e aconselhou que o processo fosse acompanhado com serenidade e atenção, além
729 de listar as vantagens dos planos de previdência privada. Garantiu que a Diretoria Jurídica do SINPAF
730 estava acompanhando a situação a fim de garantir o patrimônio dos trabalhadores e lembrou que, se
731 necessário, faria a judicialização no momento certo. O Sr. Adilson Mota reafirmou o compromisso
732 em acompanhar o processo para evitar injustiças e argumentou que a auditoria dependeria da
733 definição da questão do Flex 65 anos. Pediu transparência também com relação à alteração do valor
734 de referência, no caso do teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Ato seguinte, foi
735 instaurada a mesa Planos de Saúde, sob coordenação do Sr. Felipe Pilger, Diretor Regional Sul, e
736 com a participação do Sr. Alan Reis e do Sr. Carlos Honorato, da Casembrapa; do Sr. Carlos Eduardo
737 Santos, da Casec; do Sr. Adilson Mota, CAD Casembrapa; do Sr. Eurípedes Rosa, Casembrapa; e da
738 Sra. Débora Elaine Fernandes, Casembrapa. O Sr. Felipe Pilger registrou a presença da Supervisora
739 de Governança da Casembrapa, Sra. Sara Ando, Casembrapa, e do Sr. Walterlenne Freitas,

representante do Conselho de Administração da Casembrapa. Falou sobre o período de transição pela qual a Casembrapa estava passando. Em posse da palavra, o Sr. Alan Reis destacou o trabalho do Sr. Felipe Pilger na Casembrapa e apresentou o modelo de custeio, que subiu de 6,24% do salário-base para 9,97% para empregados ativos e de R\$ 392,63 para R\$ 476,41 para aposentados. Resumiu os desafios que levaram ao aumento da participação nos planos de saúde e relatou que, à data, a Casembrapa tinha 20.800 vidas, quase 500 a menos do que em 2023, o que gerava preocupações. Anunciou que o estatuto estava em vias de ser reformado e descreveu o perfil dos assegurados, a rede de entendimento e a transição de cobertura da Unimed CNU para a Unimed Campinas, ambas nacionais. Apresentou o resultado da pesquisa de satisfação, onde 86% dos usuários demonstraram contentamento com os serviços, e a premiação da Casembrapa como uma operadora de plano de saúde de excelência junto ao mercado da saúde suplementar. Segregou os tipos de atendimentos requeridos e listou as ações realizadas a fim de reduzir os custos da Casembrapa, como auditorias *in loco*, auditoria interna e redução de encargos administrativos. Informou sobre as reduções de custos no Programa de Benefício de Medicamento – PBM, no Programa de Dispensação de Dietas e Insumos, no monitoramento oncológico e na Atenção Primária em Saúde – APS, para a qual pediu a divulgação. Citou também os programas futuros da Casembrapa, a saber: novo autorizador, para facilitar os atendimentos de autorizações; Slim Pass, voltado para o emagrecimento; e Diretoria Responde, cujo objetivo era melhorar a comunicação. A seguir, o Sr. Adilson Mota colocou como tripés de vantagens do serviço público: salário e benefícios, previdência privada e plano de saúde. Afirmou que a Casembrapa era uma empresa sólida e explicou que os aumentos eram decorrentes da inflação médica. Colocou-se à disposição para atender possíveis demandas com relação à Casembrapa e agradeceu a atuação do Sr. Felipe Pilger no Conselho de Administração da empresa. Começando as manifestações, o Sr. Haron Abrahim Magalhães Xaud criticou a demora na comunicação da Casembrapa e sugeriu que o atendimento fosse regionalizado. Citou um caso de negação de cobertura de medicamento e pediu que a questão da cobertura fosse debatida no nível local. Então, o Sr. Antônio Marcos Santos Pereira relatou os casos de cobranças abusivas para planos de saúde e perguntou sobre ações para combater a prática, além de demonstrar preocupação com o aumento dos valores. A seguir, o Sr. Ademar Rodrigues Neto questionou o aumento da mensalidade antes da divulgação do acordo coletivo e a Sra. Fabiane Goldschmidt Antes relatou casos de demora também para o credenciamento dos médicos e atendimento aos beneficiários, assim como casos de cobranças abusivas de credenciados. Após, o Sr. Walterlenne Freitas narrou que, entre 2018 e 2024, a Casembrapa perdeu

771 mais de 3 mil beneficiários, o que afetou todas as faixas etárias, exceto a de 59 ou mais, que teve um
772 aumento de mais de 2 mil pessoas, reduzindo a arrecadação. Disse não ter entendido a sobreposição
773 das redes da Unimed CNU e Campinas. Em seguida, o Sr. José Carlos Sá Ferreira, Agroindústria de
774 Alimentos, contou ser bem atendido pela Casembrapa, porém relatou as mesmas preocupações das
775 manifestações anteriores. O Sr. Haron Xaud expôs o caso de um colega que estava recebendo
776 cobranças do hospital após fazer uma cirurgia pela Casembrapa e a Sra. Natalie de Alcantara Ramos
777 Baião falou sobre o descredenciamento em massa da Unimed no Rio de Janeiro e perguntou se existia
778 um plano de contingência. Subsequentemente, o Sr. Aparecido da Silva Junior citou que as cobranças
779 dos procedimentos estavam sendo feitas de forma acumulada e o parcelamento não podia ser de
780 menos do que R\$ 500,00 por mês, o que julgou alto. Sugeriu a disponibilização de atendimentos na
781 Embrapa, solicitou a ampliação dos credenciados da própria Casembrapa e perguntou sobre a
782 possibilidade de inclusão dos pais e mães dos funcionários no plano. A seguir, o Sr. Lucas Ednei
783 Lima Santana falou sobre os casos em que o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO tinha sido emitido
784 antes do trabalhador realizar exames, colocando a saúde do paciente em risco, e perguntou se tratava-
785 se de uma orientação da Casembrapa. Por fim, o Sr. Jasiel Nunes Souza disse que os exames
786 solicitados nos exames periódicos estavam sendo cobrados e pediu que os médicos do trabalho
787 visitassem as empresas. Cobrou a reforma do estatuto e agradeceu o Sr. Felipe Pilger e o Sr. Carlos
788 Honorato por atenderem as demandas dos beneficiários. Em resposta, o Sr. Alan Reis agradeceu as
789 colocações e detalhou as dificuldades apresentadas pela reforma estatutária, mas disse acreditar que
790 o documento seria votado ainda em 2025. Informou que a inclusão de pais e mães seria reanalisada e
791 lembrou que, além da Unimed, a Casembrapa tinha outros parceiros pelo país e estava buscando
792 fortalecer a sua rede. Somou que a mudança da rede visava manter a disponibilidade de atendimentos
793 e explicou que os valores pagos pela Casembrapa eram os valores de mercado, porém tendo em vista
794 que os pagamentos levavam 60 dias para serem feitos, o que acarretavam cobranças. Dando
795 continuidade, a Sra. Débora Elaine Fernandes, representante da Gerência de Relacionamento e Saúde
796 da Casembrapa, insistiu que as solicitações fossem feitas pela central de atendimento e pediu que os
797 casos pontuais fossem formalizados para que pudesse verificar. Garantiu que a Casembrapa cumpria
798 os prazos legais para atendimento e explicou a questão da disponibilização da medicação de alto
799 custo. Contextualizou a tramitação do credenciamento dos prestadores de serviços, da autorização de
800 procedimentos e dos valores pagos por procedimentos. Abordou os motivos que levaram ao
801 encerramento da parceria com a Unimed CNU, como os valores, a demora no atendimento e a falta

802 de transparência nas informações, e acrescentou que os prestadores não poderiam fazer cobranças
803 direto aos credenciados, sugerindo a judicialização do caso citado. Em conclusão, o Sr. Eurípedes
804 afirmou que a Casembrapa segurou os reajustes ao máximo e explicou que foram aplicados após o
805 cálculo atuarial e não poderiam ser postergados em decorrência do déficit orçamentário. Ainda, o Sr.
806 Carlos Honorato abordou a questão da queda de beneficiários e do custo das mensalidades para os
807 aposentados, explicando que a referência monetária dos trabalhadores ativos sobre as mensalidades
808 dos aposentados dependia da reforma do estatuto para ser retirada. Falou que a reforma estatutária
809 previa também o Plano Família, a fim de atrair mais crianças e jovens para os planos, porém não
810 incluiria pais e mães. Em complementação, o Sr. Felipe Pilger explicou que a reforma estatutária não
811 solucionaria o problema dos aposentados, mas daria condições para que o modelo de custeio fosse
812 revisado. Ato seguinte, o Sr. Carlos Eduardo Santos iniciou a apresentação sobre a Casec afirmando
813 que o plano buscava melhorias constantes para os beneficiários e que sofria com problemas similares
814 aos da Casembrapa, porém em menores dimensões. Explicou que a Casec era um plano de saúde de
815 autogestão com 4.500 beneficiários e 600 prestadores de serviços credenciados. Anunciou que a
816 Casec atingia índices de excelência há 9 anos e detalhou o plano específico para aposentados. Relatou
817 que as autogestões proporcionavam um alto índice de cuidado aos idosos, apresentou os planos da
818 Casec e contextualizou os convênios de reciprocidade de cessão de rede, o que apontou como
819 necessário em virtude do tamanho da Casec. Discorreu sobre o alto custo da medicina, os desafios
820 impostos pelo envelhecimento dos beneficiários, o aumento de doenças crônicas e a abordagem
821 preventiva. Tratou das perspectivas de melhora financeira e crescimento, incluindo o planejamento
822 estratégico de comunicação e automação de procedimentos administrativos. Mencionou também que
823 as pesquisas de satisfação tiveram resultados positivos, sendo que a Casec foi aprovada por 84% dos
824 beneficiários. Avançando às manifestações, o Sr. Paulo José afirmou pagar mais da metade do seu
825 salário para a Casec atender ele, sua esposa e seu filho. Perguntou se, caso a recomendação do
826 Ministério da Gestão de que as empresas assumissem 70% do plano de saúde fosse incluída no acordo
827 coletivo, a situação poderia ser considerada como um descumprimento do acordo e questionou sobre
828 as tratativas para que a Codevasf assumisse tal porcentagem. A seguir, o Sr. Jorge Vidal indagou qual
829 era o custo da administradora Salutes e se existia concorrência ou se a Casec poderia fazer a
830 autogestão completa. Concordou que o plano era bom, porém caro, o que levava muitas pessoas a
831 cancelarem. Em resposta, o Sr. Carlos Eduardo Santos explicou que a participação de 70% da
832 patrocinadora referia-se ao custo assistencial total, o que reduziria o índice de reajuste ao longo dos

833 anos. Apontou a judicialização como sendo um alto custo para os planos de saúde, assim como as
834 multas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e garantiu que a administração estava
835 buscando maneiras de reduzir os gastos operacionais. Explicou a composição do valor da
836 mensalidade, citou o grupo de auditoria médica da Casec e apontou como maior desafio a manutenção
837 do padrão de qualidade diante do alto custo da medicina. Ainda, o Sr. Waltterlenne Freitas questionou
838 se o aumento para 70% era de interesse da Codevasf, argumentando que seria uma forma de valorizar
839 os seus trabalhadores. Em seguida, o Sr. Gabriel discorreu sobre os desafios para reduzir os custos na
840 Casec e respondeu que não seria viável manter uma estrutura completa para operar os planos, por isso
841 a necessidade da Salutes, que administrava diversos planos, barateando a operação. Garantiu que a
842 Codevasf estava interessada em arcar com os 70%, porém contextualizou que o processo era
843 complexo e não dependia apenas do desejo, mas sim de fatores atuariais. O Sr. Felipe Pilger encerrou
844 a mesa agradecendo a todos. Por fim, instalou-se a última mesa do dia: Relatório do Departamento
845 Intersindical Estudos Pesquisas de Saúde e Ambiente de Trabalho – DIESAT sobre Assédios Moral,
846 Sexual e Saúde Mental. Foi convidado a ser coordenador da mesa o Sr. Pedro Melo, Diretor de Saúde
847 do Trabalhador e, como expositores, a Sra. Mirian Regina de Souza e o Sr. Eduardo Bonfim, DIESAT,
848 além do Presidente do Departamento, Sr. Alex Fonseca. O Sr. Pedro Melo introduziu a mesa e
849 convidou o Sr. Sérgio Cobel para participar dela. Em posse da palavra, a Sra. Mirian Regina de Souza
850 contextualizou a criação do questionário, desenvolvido em parceria do DIESAT com o SINPAF, que
851 foi aplicado na Embrapa e da Codevasf com o objetivo de rastrear o perfil epidemiológico dos
852 trabalhadores. Destacou a alta prevalência de adoecimentos mentais, especialmente na Embrapa; a
853 incidência significativa do assédio moral e sexual; os problemas musculares e esqueléticos; o
854 consumo de álcool, principalmente na Codevasf; e a exposição a riscos psicossociais relacionados à
855 organização do trabalho. Relatou a existência da interseção entre os diversos tipos de assédios, o
856 adoecimento e a estrutura de poder, assim como os indícios de subnotificação e de naturalização do
857 sofrimento. Detalhou os tipos de assédio psicológico, as consequências para a saúde dos trabalhadores
858 e avaliação negativa deles com relação à própria saúde mental. Explicou as mudanças promovidas
859 pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE na Norma Regulamentadora – NR1 devido à questão
860 da saúde mental, que entraria em vigor em 2026 e visava exigir uma abordagem integrada de todos
861 os setores da empresa para garantir que a gestão de risco psicossocial fosse efetiva e sustentável a
862 longo prazo. Apresentou um parâmetro dos transtornos mentais dos trabalhadores no mundo e no
863 Brasil, enfatizando o número de casos a partir de 2019. Listou as principais consequências da

864 exposição aos riscos psicossociais e explicou a implementação do programa de gerenciamento de
865 riscos, com foco na saúde e na segurança e incluindo os riscos psicossociais, conforme exigido pela
866 NR1. Dando continuidade, o Sr. Eduardo Bonfim apontou que a evolução da preocupação com a
867 saúde do trabalhador colocava-o como protagonista e refletiu sobre a desconstrução da visão do
868 profissional como objeto do capitalismo promovida por espaços coletivos, como os sindicatos.
869 Convidou a todos para participarem da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da
870 Trabalhadora, dos dias 18 a 21 de agosto, em Brasília, que abordaria não apenas o tratamento da
871 doença, mas também a promoção da saúde. Avisou que estavam sendo desenvolvidos diálogos
872 prévios com a sociedade sobre três eixos da política de saúde do trabalhador e da trabalhadora: o
873 acolhimento no sistema de saúde, as novas relações de trabalho e a discussão coletiva nas
874 participações populares em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Citou a origem do DIESAT e a
875 importância de debater-se a saúde do trabalhador não apenas nos grandes centros metropolitanos, mas
876 no país todo e com a participação sindical, além de desejar que o debate fosse aprofundado e
877 promovesse a escuta. Ato contínuo, o Sr. Alex Fonseca tratou da preocupação do SINPAF com a
878 saúde da categoria que defende, colocou o DIESAT à disposição e reforçou a importância de focar
879 na saúde do trabalhador. Destacou a parceria do SINPAF com o DIESAT, inclusive pela abrangência
880 do Sindicato, e lembrou que o Sr. Sérgio Cobel e o Sr. Pedro Melo passaram a fazer parte do
881 Departamento. Iniciando as manifestações, o Sr. Aparecido da Silva Junior pediu a disponibilização
882 da apresentação e abordou os impactos do teletrabalho e do envelhecimento dos trabalhadores.
883 Questionou como o SINPAF poderia ajudar na promoção efetiva da saúde. A seguir, o Sr.
884 Waltterlenne Freitas mencionou a questão do adicional de insalubridade, que era baseada em uma
885 lista de 2014 que deveria ser atualizada semestralmente, porém nunca tinha sido, e perguntou o que
886 poderia ser feito com relação à questão. O Sr. Haron Abraham Magalhães Xaud elogiou a
887 apresentação, pediu que o relatório completo fosse disponibilizado e sugeriu palestras sobre o tema
888 nas bases. Após, o Sr. Felipe Pilger parabenizou a inclusão da representação do SINPAF no DIESAT
889 e discorreu sobre a extinção dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CERESTs no Rio
890 Grande do Sul por falta de verba pública. Adiante, a Sra. Natalie de Alcantara Ramos Baião elogiou
891 o relatório e os CERESTs, reforçando que o adoecimento mental já era mapeado há bastante tempo
892 na Embrapa. Enfatizou os índices de adoecimento das mulheres e o presenteísmo e confirmou a
893 importância de cuidar da saúde do trabalhador, não da doença. Em seguida, a Sra. Carmelita do
894 Espírito Santo, S.S. Agrobiologia, falou sobre a falta de Comunicação de Acidentes de Trabalho –

895 CAT e propôs que o SINPAF fizesse uma campanha para promover a melhoria do comportamento e
896 tratamento no ambiente de trabalho. Em resposta, a Sra. Mirian Regina de Souza informou que o
897 relatório do DIESAT tinha mais segmentações e poderia ser disponibilizado por Região. Argumentou
898 que a promoção da saúde deveria ocorrer por meio de medidas educativas planejadas e grupos
899 terapêuticos, por exemplo. Então, o Sr. Antônio Marcos Santos Pereira relatou sua experiência como
900 funcionário da Embrapa e os efeitos do ambiente de trabalho na sua saúde mental, afirmando que os
901 trabalhadores eram vistos como processos, não pessoas, e que o Departamento de Recursos Humanos
902 - RH era despreparado. Pediu a reestruturação dos RHs e a inclusão de assistentes sociais e psicólogos
903 no quadro de funcionários das unidades. Em conclusão, o Sr. Pedro Melo informou que seria feita
904 uma live para apresentar todos os resultados da pesquisa e que uma nova pesquisa seria desenvolvida,
905 de forma mais focal. A seguir, foi sorteado um livro sobre saúde mental, chamado “Investigação
906 Psicológica sobre Meios: O Uso do Vídeo Aplicado à Reabilitação do Enfermo Mental Crônico”,
907 fornecido pela Sra. Conceição Silva e presenteado à Sra. Simone Alves de Souza.
908 **ENCERRAMENTO 23/05/2025:** Finalizada a pauta, a Sra. Franciana Aparecida Volpato encerrou
909 o segundo dia da 23ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação e colaboração
910 de todos(as). **ABERTURA 24/05/2025:** O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal iniciou o terceiro dia
911 da 23ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento
912 Agropecuário – SINPAF cumprimentando a todos. Instaurou o ponto de pauta sobre a eleição da
913 Comissão Eleitoral Central e aprovação do Regimento Eleitoral. Perguntou se a eleição poderia ser
914 feita por chapa, conforme aconteceu nas Plenárias anteriores, o que foi aprovado por ampla maioria.
915 A seguir, questionou se já haviam chapas formadas e pediu que apresentassem suas candidaturas. O
916 Sr. Odirlei Dalla Costa, S.S. Passo Fundo, apresentou a chapa composta por: Fabrício Eudo, Paulo
917 Stival e David Régis de Oliveira, como membros titulares, e Vanderlei Fagundes, Ivonete Ibiapina e
918 Gustavo Henrique Pinto como membros suplentes. Na sequência, o Sr. Ricardo requisitou que fosse
919 possibilitada uma composição dos membros de duas chapas de forma consensual. Isto posto, o Sr.
920 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal esclareceu que cada chapa inscrita teria o direito de indicar um fiscal
921 para compor a Comissão Eleitoral Central, porém sem direito a voto, conforme Estatuto. O Sr. Nilson
922 Carrijo, S.S. Cenargen reivindicou a mescla das chapas, de forma a preservar a democracia, e o Sr.
923 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal questionou se a chapa apresentada aceitaria uma composição mista,
924 ao que o Sr. Odirlei Dalla Costa respondeu que não. Após debates, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk
925 Vidal lembrou que a decisão de votar-se por chapa seria mantida e questionou se haviam outras chapas

926 candidatas. Não havendo manifestações, colocou a chapa apresentada em votação, sendo aprovada
927 por ampla maioria democrática. Ato seguinte, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal convidou para a
928 mesa o Sr. Adilson Mota, Diretor Jurídico, e o Sr. Antônio Megali, LBS, registrando que a assessoria
929 jurídica estava acompanhando a Plenária e agradecendo os eleitos. Dando continuidade, o Sr. Adilson
930 Mota apresentou a proposta de Regimento Eleitoral e fez a leitura. Iniciando as manifestações, o Sr.
931 Diogo Alves da Silva, SINOP, questionou as eleições serem em cédula e não virtuais, o que facilitaria
932 o processo e reduziria os deslocamentos. Em contrapartida, o Sr. Antônio Aparecido Guedes de
933 Oliveira defendeu a eleição presencial, tendo em vista o prazo suficiente para os eleitores organizarem
934 os seus deslocamentos e as dificuldades de acesso à internet em algumas localidades. Então, a
935 proposta foi colocada em votação, sendo que a manutenção da votação em cédula foi aprovada por
936 39 votos, contra 12 votos favoráveis à votação virtual e três abstenções. A Sra. Andréa Matos
937 registrou ter se absterido de votar por considerar que muitos funcionários atuavam em teletrabalho e
938 julgou que dois dias de votação presencial seria pouco, sugerindo três dias ou uma votação híbrida, o
939 que permitiria a perpetuação do processo democrático. A seguir, a Sra. Simone Alves de Souza
940 concordou com a fala da Sra. Andrea Matos, defendendo a votação híbrida, a fim de alcançar a todos.
941 Continuamente, o Dr. Antônio Megale abordou o destaque solicitado no Parágrafo 1º do Artigo 4º,
942 argumentando que o Estatuto indicava o prazo de 100 dias de antecedência para divulgação do edital,
943 enquanto o Regimento indicava 90 dias. Solicitou a padronização em 100 dias, o que foi acatado por
944 unanimidade. Por fim, o Sr. Adilson Mota pediu que o prazo para impugnação fosse padronizado nos
945 Artigos 5º e 10 em três dias úteis, o que foi aprovado. Retornando ao destaque anterior, o participante
946 Ricardo Camargo, S.S. Campinas afirmou que o Estatuto indicava *“pelo menos 100 dias”*, enquanto
947 o Regimento dizia *“até 100 dias”*, e solicitou a padronização, sendo que o Sr. Antônio Megale
948 afirmou que a redação poderia ser mantida. Encerradas as manifestações, o Sr. Marcus Vinicius
949 Sidoruk Vidal colocou o Regimento Eleitoral em votação, que foi aprovado por ampla maioria
950 (ANEXO C). Instaurou o ponto de pauta sobre a Apresentação do Relatório da Auditoria Fiscal
951 Nacional. Convidou para a mesa a Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra, Presidente da AFN, e demais
952 integrantes da Auditoria Fiscal Nacional - AFN. Com a palavra, a Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra
953 informou que o processo de conferência das prestações de contas tinha sido individual, o que
954 demandou tempo, e acrescentou que a AFN somava esforços às seções sindicais. Resumiu que foram
955 auditadas 51 seções e a Diretoria Nacional – DN entre janeiro e dezembro de 2024, sendo que a DN
956 teve ressalvas e quatro seções sindicais estavam com pendências, impedindo a finalização da análise,

957 além de informar que uma seção teve as contas reprovadas, porém 46 foram aprovadas. Apresentou
958 a distribuição das seções pelo território brasileiro, pediu atenção com a prestação de contas e solicitou
959 que a DN se aproximasse das seções sindicais, a fim de apoiar o processo. Tratou do excesso de
960 recursos destinados às associações dos empregados, tendo em vista a autonomia financeira da seção
961 e dos direcionamentos do SINPAF. Citou também os problemas com o excesso de fundo fixo e de
962 caixa de pagamento de despesas com demora nas prestações de contas; a ausência de comprovação
963 de despesas como documentos fiscais; o pouco zelo na elaboração da prestação de contas das ações
964 sindicais; e a ausência da votação e aprovação em Assembleia das Previsões Orçamentárias.
965 Discorreu sobre as dificuldades encontradas na conferência da prestação de contas da Diretoria
966 Nacional, sendo que apenas os três primeiros meses do ano estavam com a documentação completa
967 e as pendências dos demais meses seriam encaminhadas e deveriam ser respondidas em até 60 dias.
968 Reiterou que não houve tempo hábil para a resposta da DN devido ao adiantamento da Plenária
969 Nacional e ressaltou que o número de filiados subiu de 5.157 em 2023 para 5.852 em 2024. Em
970 seguida, o Sr. Marco Antônio Silva Pinto, AFN, lembrou que a chapa da AFN não necessariamente
971 precisaria estar ligada à chapa da DN na eleição, preferencialmente sendo opositoras. A seguir, o Sr.
972 Nilo Dantas, AFN, agradeceu o acolhimento do SINPAF e tratou da falta de cuidado na elaboração
973 dos balancetes por parte das seções sindicais. Falou sobre a injustiça com relação à situação financeira
974 das seções sindicais e pediu que a distribuição de recursos fosse revista. Finalizou abordando o uso
975 demasiado de recursos com brindes e eventos corporativos. Iniciando as manifestações, o Sr. Marco
976 Aurélio Feitosa, S.S. Algodão, pediu esclarecimentos com relação à conta Fundo de Reserva e
977 perguntou se as destinações de recursos estavam sendo feitas de forma correta. A seguir, o Sr. João
978 Cordeiro da Fonseca relatou que a AFN encaminhou uma inconsistência de poucos centavos na sua
979 S.S. e pediu que as inconsistências fossem indicadas expressamente. Após, o Sr. Ricardo Costa
980 Rodrigues Camargo, S.S. Campinas, elogiou o trabalho da auditoria fiscal e sugeriu que a AFN fizesse
981 sugestões concretas de ações que pudessem ser realizadas pela Diretoria Nacional para promover o
982 acompanhamento das seções e ajudá-las a sair da inadimplência ou da inconsistência nas contas. A
983 Sra. Andréa Matos destacou a colocação sobre a separação entre as chapas da DN e da Auditoria
984 Fiscal Nacional e o Sr. Haron Abrahim Magalhães Xaud relatou as dificuldades enfrentadas na sua
985 seção, por ser uma das menores do país em número de afiliados, incluindo a desestimulação deles.
986 Falou também sobre os problemas para aquisição de passagens aéreas vindas de Boa Vista e disse ter
987 usado milhas na compra, o que poderia gerar problemas na prestação de contas, cobrando soluções.

988 Então, a Sra. Andrea Matos, Solos, arrazoou que o acompanhamento da prestação de contas poderia
989 ser mais constante e a Sra. Paula Schutz Bittencourt Pucci, Florestas, cumprimentou a mesa e relatou
990 sua experiência administrando os fundos do sindicato. Continuamente, a Sra. Fabiane Goldschmidt
991 Antes contou sobre uma assembleia recente onde surgiu a demanda pela redução da taxa de
992 contribuição sindical e relatou o bom recebimento dos brindes oferecidos no final do ano. Adiante, a
993 Sra. Ilmarina Campos de Menezes elogiou a seriedade da AFN e questionou como era tratada a
994 transição de diretorias de seções sindicais perante a auditoria. Parabenizou também a diminuição no
995 número de seções com inadimplência, mesmo a AFN não sendo uma instância punitiva. Ainda, o Sr.
996 Lucas Ednei Lima Santana rememorou a promessa da criação de um sistema eletrônico de prestação
997 de contas, a fim de facilitar o processo, e pediu flexibilidade com relação à notas fiscais,
998 principalmente no caso de contratação de mão de obra para pequenos reparos. Em resposta, o Sr.
999 Antônio Guedes contextualizou a promessa do sistema citado e afirmou que, à data, não havia um
1000 sistema no mercado que atendessem as seções sindicais. Após, o Sr. Jean Kleber de Sousa Silva refletiu
1001 sobre uma possível mudança na estrutura do sindicato com relação à distribuição de recursos,
1002 sugerindo a criação de um fundo solidário para as Plenárias regionais e nacional, onde todas as seções
1003 pagariam o mesmo valor proporcional. Com a palavra, o Sr. Francisco Cinesio Cacau, Embrapa Sede,
1004 destacou o papel da AFN e questionou quantas vezes por ano os integrantes da Auditoria se
1005 deslocavam das suas atividades para analisar a prestação de contas do SINPAF. Perguntou se os 12
1006 meses de 2024 tinham sido auditados e disse que, na sua visão, a Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra não
1007 parecia satisfeita com a prestação de contas. A Sra. Izete Barbosa dos Santos agradeceu a atenção da
1008 AFN e tratou do equilíbrio entre a contribuição com os eventos ou a negativa à eles. Já o Sr. Mauricio
1009 Castelo Branco Santana parabenizou a auditoria, definiu a sociedade como avarenta e mercenária e
1010 pediu zelo com as finanças das seções, porém com redução da burocracia. Defendeu os fundos
1011 solidários, não apenas para viagens, e concluiu que o problema não era gastar dinheiro, e sim como
1012 o dinheiro era gasto. Por último, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal argumentou que o centro da
1013 discussão dos sindicatos deveria ser a luta, principalmente no local de trabalho, este é o motivo de as
1014 seções estarem nas unidades e superintendências. Concordou que o sindicato precisava ser solidário
1015 entre as seções e opinou que os sindicatos não deviam atuar como associações. Em resposta, a Sra.
1016 Joana D'Arc Souza Bezerra relatou o trabalho do Sr. Antônio Guedes em apoio às seções e a fim de
1017 evitar cobranças. Explicou que, muitas vezes, as diretorias eram trocadas sem que houvesse a
1018 transferência da prestação de contas e concordou que a auditoria ocupava muito tempo conferindo as

1019 contas, quando poderia estar pensando em uma mobilização politizada do sindicato. Acrescentou que
1020 apenas quatro seções não tinham sido auditadas em 2024 por não terem entregado a prestação de
1021 contas e contou que era a terceira vez que a AFN se reunia no ano, enquanto o acordo coletivo previa
1022 cinco dias, o que era inviável para finalizar o trabalho necessário. Argumentou que os centavos eram
1023 considerados na prestação de contas e falou que o uso dos recursos também era uma questão de
1024 consciência sindical. Sobre a redução da mensalidade, disse que deveria ser tratada em nível de gestão
1025 estatutária por meio de propositura ao Congresso Nacional do SINPAF. Confirmou que o sistema
1026 eletrônico prometido tinha sido inviabilizado e garantiu estar contente e honrada com o trabalho que
1027 estava desenvolvendo na AFN. Então, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal reiterou que nenhum
1028 documento da DN tinha sido retido, mas que tudo tinha sido encaminhado à AFN. A Sra. Joana D'Arc
1029 Souza Bezerra esclareceu que primeiramente eram conferidas as contas das seções e posteriormente
1030 as da DN. Em seguida, o Sr. Nilo Dantas garantiu que o esforço da auditoria era no sentido de aprovar
1031 as contas de todas as seções e da DN, relatando o bom relacionamento da AFN com a Diretoria
1032 Nacional. Sobre a redução da mensalidade sindical, sugeriu que a AFN levantasse o que estava sendo
1033 gasto pelas seções e não tinha relação direta com a luta sindical no intuito de cortar gastos. Citou
1034 também o acompanhamento do Fundo de Reserva e falou sobre a transição da atual equipe da AFN,
1035 opinando que deveria haver uma formação específica. Por fim, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
1036 colocou o parecer da AFN em votação, sendo aprovado por 43 votos favoráveis, e agradeceu o
1037 trabalho da AFN. Imediatamente, instalou-se a apresentação e votação do Balanço as Contas da
1038 Diretoria Nacional, sendo convidados para a mesa: Sr. Antônio Guedes, Sr. Elanderson Soares Lima,
1039 Dr. Appel e Sra. Neusa Maria Campos. Antes de iniciar a apresentação, o Sr. Antônio Guedes
1040 registrou a importância da prestação de contas na Plenária e lamentou o esvaziamento do auditório
1041 durante as mesas sobre raça e gênero. Acrescentou que em momento algum interferiu no trabalho da
1042 equipe da AFN e declarou que todas as atas e balanços tinham sido entregues. Iniciando a mesa, o Sr.
1043 Appel apresentou a evolução das disponibilidades bancárias do SINPAF, que foram de R\$ 5,8
1044 milhões em 2022 para R\$ 4,5 milhões para 2024, e relatou que a arrecadação passou de R\$ 8,2
1045 milhões em 2022 para R\$ 10,1 milhões em 2024. Sobre as despesas com pessoal, avisou que subiram
1046 de R\$ 1,7 milhão em 2022 para R\$ 2,2 milhões em 2024 e somou que o patrimônio social do sindicato
1047 foi de R\$ 7,8 milhões para R\$ 6,9 milhões no mesmo período. Detalhou o total repassado para as
1048 seções sindicais, que foi de R\$ 4 milhões em 2022 para R\$ 5 milhões em 2024, e resumiu que 2022
1049 terminou com um déficit de R\$ 727 mil, enquanto 2024 ficou deficitário em R\$ 615 mil. Acrescentou

1050 que os valores circulantes do sindicato estavam em R\$ 6,1 milhões e o imobilizado chegava a quase
1051 R\$ 1,6 milhão, além de detalhar os valores citados e colocar-se a disposição para esclarecer possíveis
1052 dúvidas. A seguir, o Sr. Elanderson Soares Lima explicou que o Sindicato estava trabalhando na
1053 redução do déficit, sendo que o valor real no final de 2024 era de pouco mais de R\$ 100 mil. Iniciando
1054 as manifestações, o Sr. Pedro Choaíry parabenizou o trabalho da auditoria e da contabilidade, porém
1055 questionou a ausência de um fundo de reserva. O Sr. Arnaldo Santos Rodrigues, Embrapa Aracaju,
1056 corrigiu que o déficit estatutário era de R\$ 615 mil e o financeiro de R\$ 100 mil e sugeriu que o fundo
1057 de reserva fosse usado na compra de imóveis residenciais para hospedar os diretores que precisarem
1058 se deslocar das suas regiões para residir em Brasília. A seguir, o Sr. Devanir Sebastião dos Santos,
1059 Diretor Regional Sudeste, parabenizou a atual gestão pela responsabilidade fiscal e financeira e
1060 registrou o esforço para realizar a Plenária em um local estruturado como o escolhido. Registrou
1061 também sua indignação com o comportamento de alguns dirigentes, que não estiveram presentes na
1062 Plenária. Após, a Sra. Andrea Matos demonstrou preocupação com o fundo de reserva e cobrou a
1063 realização do seminário para avaliação da Embrapa em parceria com a CUT, sugerindo que o valor
1064 fosse distribuído para as chapas que participariam da eleição. Adiante, o Sr. Jean Kleber de Sousa
1065 Silva refletiu sobre a desigualdade financeira entre as seções, apontando que muitas delas possuem
1066 mais recursos financeiros em caixa, pois não estão utilizando efetivamente os valores arrecadados
1067 para a luta sindical. Então, o Sr. Felipe Pilger citou as rodadas de negociação de acordo coletivo como
1068 mais um gasto e lembrou que o salário dos trabalhadores não tinha tido reajuste, consequentemente a
1069 arrecadação sindical também não. O Dr. Appel acrescentou que, em 2024, foram gastos mais de R\$
1070 214 mil com campanhas salariais e relatou a sua experiência com a aquisição de imóveis, apontando
1071 a dificuldade com a gestão e o bom uso, porém sugeriu convênios com hotéis. Retornou ao balanço
1072 entre ativo e passivo para explicar o fundo de reserva e informou que o valor citado do seminário
1073 tinha sido destinado para o fundo de realização de eventos. Em seguida, o Sr. Antônio Guedes
1074 ponderou sobre o acordo de repasse com a CUT e o repasse para as seções sindicais, além de reforçar
1075 o objetivo de que as contas do sindicato saíssem do déficit. Encerradas as manifestações, o Sr. Marcus
1076 Vinicius Sidoruk Vidal encaminhou o balanço de contas da Diretoria Nacional para votação, que foi
1077 aprovado por ampla maioria. A seguir, o Sr. Antônio Guedes apresentou a previsão orçamentária para
1078 o exercício de 2025, cuja arrecadação seria de R\$ 5 milhões, despesas com pessoal de R\$ 638 mil,
1079 outros gastos com pessoal R\$ 682 mil, encargos sociais de funcionários R\$ 294 mil, despesas gerais
1080 e administrativas R\$ 2,8 milhões, 15 mil imobilizado, R\$ 28 mil tributários, despesas com outras

1081 rubricas R\$ 500 mil (campanha salarial R\$ 250 mil, despesas com filiação R\$ 150 mil e formação
1082 sindical R\$ 100 mil), assim como saúde do trabalhador, resultando em um equilíbrio entre despesas
1083 e receitas. Com a palavra, o Sr. Elanderson Soares Lima explicou que a rubrica do fundo eleitoral
1084 seria revertida para o trabalho da Comissão Eleitoral e o material das eleições, não para as chapas.
1085 Avançando às manifestações, o Sr. Lucas Ednei Lima Santana falou sobre a retomada da cobrança de
1086 Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA e Licenciamento para os veículos do
1087 sindicato e solicitou que o SINPAF entrasse em contato com a Secretaria da Fazenda para reverter a
1088 questão. Não havendo mais manifestações, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal colocou a previsão
1089 orçamentária em votação, sendo aprovada por ampla maioria. O Sr. Devanir Sebastião dos Santos
1090 protestou por não poder votar na previsão orçamentária, uma vez que fazia parte da Diretoria
1091 Nacional, ao que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal sugeriu que a proposta fosse encaminhada ao
1092 Congresso. Em conclusão, o Sr. Antônio Guedes registrou seus agradecimentos a todos os
1093 trabalhadores do SINPAF, especificamente da área contábil. O Sr. Appel também registrou seus
1094 agradecimentos e demonstrou honra em trabalhar para o SINPAF, enquanto o Sr. Elanderson Soares
1095 Lima falou do empenho da diretoria para colocar as contas em dia. Após o intervalo, avançou-se à
1096 pauta dos Acordos Coletivos de Trabalho 2025/2026. Em posse da palavra, o Sr. Antônio Guedes
1097 convidou para compor a mesa: Sr. Jasiel Nunes Souza, Sra. Jasna Maria Luna Marques, Sr. Eduardo
1098 Scarquette, Sr. Ariano Paiva, Sr. Paulo José, Sr. Ricardo Vieira da Silva e Sr. Edivaldo Galdino
1099 Ferreira. Inicialmente, o Sr. Ariano Paiva, Codevasf Montes Claros, disse que apresentaria o acordo
1100 coletivo referente aos Distritos de Irrigação Jaíba 1 e 2 e Distrito de Irrigação Gorutuba e descreveu
1101 o trabalho desenvolvido neles. Detalhou as negociações feitas com os trabalhadores para elaboração
1102 dos acordos coletivos, relatando que o processo levou entre cinco e oito reuniões para ser finalizado.
1103 Explicou que o Distrito Irrigados Jaíba 1 conquistou 6% de aumento na cláusula financeira, enquanto
1104 o Jaíba 2 e o Gorutuba chegaram a 10% de aumento. A seguir, o Sr. Paulo José da Silva, Codevasf -
1105 3ª SR Petrolina, contou que, no Distrito de Bebedouro, o aumento foi de 8% nos salários e 7% no
1106 vale alimentação, além de citar o aquecimento do mercado de trabalho em Petrolina. Já para o Distrito
1107 de Irrigação Nilo Coelho, disse que o reajuste foi de 4,77% para suprir a inflação e mais 2% de ganho
1108 real, ainda com aumento de 10% no vale alimentação. Anunciou que o Distrito arcaria com 55% do
1109 plano de saúde dos trabalhadores e que o acordo coletivo acrescentou um feriado para a categoria.
1110 Após, o Sr. Eduardo tratou da mudança de gestão ocorrida durante as negociações do acordo do
1111 Distrito de Formoso e a aprovação do plano operativo, mencionando também o prejuízo sofrido pelo

1112 Distrito em 2024, o que levou ao reajuste de 4,87%. Somou que o banco de horas foi oficializado,
1113 ficou definido o pagamento de horas extras e estabeleceu-se a folga pessoal mensal cumulativa. Em
1114 seguida, o Sr. Antônio Guedes relembrou o falecimento do Sr. Cícero Batista, representante do
1115 Distrito de Irrigação Nilo Coelho, palestrante da Plenária Nordeste 2025 na sua S.S. no valor de
1116 poucos e defensor dos trabalhadores, homenagem agradecida pelo Sr. Paulo José. Dando
1117 continuidade, o Sr. Jasiel Nunes Souza ficou incumbido de detalhar a negociação do acordo coletivo
1118 da Embrapa, descrevendo as dificuldades na negociação e a demora do processo, não apenas com
1119 relação aos aspectos financeiros, mas também sociais. Elogiou a Comissão Nacional de Negociação
1120 - CNN e explicou o processo de mediação, com participação do Ministério Público. Resumiu que o
1121 reajuste salarial aprovado no acordo coletivo bianual foi o equivalente à 80% do Índice Nacional de
1122 Preços ao Consumidor – INPC 2024/2025 e 100% do INPC 2025/2026 e acrescentou que o SINPAF
1123 continuaria na luta por outros objetivos, como a elevação da escolaridade. Adiante, o Sr. Edivaldo
1124 Galdino Ferreira, EMEPA, lamentou a fusão da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária -
1125 EMEPA com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, transformando-a em
1126 Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Assistência Técnica – EMPAER. Tratou do processo político
1127 envolvido na distribuição dos cargos da diretoria, o que resultou em uma composição precária e que
1128 afetava o funcionamento da empresa. Contou que a S.S. foi reaberta, o que teve o apoio da Diretoria
1129 Nacional do SINPAF, e afirmou que já estava tendo ganhos para os trabalhadores. Então, o Sr.
1130 Ricardo Vieira da Silva, Pesagro Niterói, destacou a importância do SINPAF para a perpetuação da
1131 Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO, citou a luta pela
1132 criação do plano de carreiras e falou sobre os trabalhos da empresa no Estado do Rio de Janeiro.
1133 Listou os três itens fortemente reivindicados no acordo coletivo, a saber: vale alimentação de R\$
1134 40,00, aprovação do auxílio saúde de R\$ 810,00 e regulamentação do plano de carreira, a última
1135 sendo a única ainda não exitosa, mas cuja luta continuava. Já a Sra. Jasna Maria Luna Marques
1136 abordou a campanha do acordo coletivo da Codevasf, resumindo que foi similar ao da Embrapa e que
1137 passou por oito rodadas de negociação. Garantiu que o acordo conquistado tinha sido o melhor
1138 possível diante do cenário e apontou como conquistas a participação do sindicato no plano de
1139 gerenciamento de risco da empresa, o abono para pais de filhos com deficiência e a manutenção do
1140 auxílio filho com deficiência por 180 dias a partir do 16º dia. Lembrou que o acordo seria assinado
1141 no dia 28 de maio e que o reajuste salarial seria o mesmo da Embrapa. Iniciando as manifestações, o
1142 Sr. Marcos Tadeu Borges perguntou se o SINPAF faria o cálculo do retroativo do reajuste salarial da

1143 Embrapa, ao que o Sr. Jasiel Nunes Souza opinou que o Sindicato deveria conferir os cálculos feitos
1144 pela empresa. O Sr. Antônio Guedes acrescentou que, caso o acréscimo correto não fosse feito aos
1145 salários, os trabalhadores deveriam reportar o erro à seção sindical. Já o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk
1146 Vidal rememorou que a Embrapa já tinha uma ação por erros na folha de pagamento, afirmando que
1147 o SINPAF tinha vencido em primeira instância. A seguir, o Sr. Paulo falou da inclusão do vale
1148 alimentação na aposentadoria, o que tinha sido conquistado em Petrolina. Após, o Sr. Paulo Humberto
1149 Marcante, Rondônia, pediu que a gravação da fala do Sr. Jasiel Nunes Souza sobre as negociações do
1150 acordo coletivo fosse disponibilizada, a fim de confirmar aos trabalhadores os motivos que levam à
1151 demora do processo, e registrou o falecimento do Sr. Salim Fernandes Júnior, Presidente de seção
1152 sindical. Então, o Sr. Eduardo descreveu sua participação na mesa de negociação da Codevasf e citou
1153 a falta de preparo dos representantes da empresa. O Sr. Haron Abrahim Magalhães Xaud parabenizou
1154 o trabalho das equipes de negociação e a força do SINPAF e pediu que os pesquisadores retornassem
1155 ao Sindicato. Em seguida, o Sr. Aparecido da Silva Junior concordou com a falta de profissionais,
1156 principalmente pesquisadores, no SINPAF e perguntou sobre ações que poderiam ser tomadas para
1157 evitar o fechamento de seções e a redução do alcance dos Sindicatos. Adiante, a Sra. Paula Schutz
1158 Bittencourt Pucci explicou que os pesquisadores não tinham interesse no Sindicato por entenderem
1159 que o escopo era limitado ao reajuste salarial e, como recebem o teto, não os beneficiaria, porém sem
1160 considerar os demais benefícios negociados. Criticou também a troca do benefício do auxílio-creche
1161 de um convênio para cobrir integralmente os custos para um auxílio financeiro insuficiente. Então, o
1162 Sr. Felipe Pilger agradeceu a luta pelo reajuste salarial e lamentou as dificuldades enfrentadas e a
1163 obrigatoriedade do sigilo durante a moderação, o que teria gerado informações inverídicas. Na
1164 sequência, o Sr. Mauricio Castelo Branco Santana parabenizou as CNNs e pediu que os dirigentes
1165 sindicais não se abalem psicologicamente durante as negociações. Por fim, o Sr. Nilo Dantas
1166 demonstrou preocupação com a questão da velocidade da promoção e progressão salarial, que estava
1167 levando à devolução de dinheiro para a Embrapa por parte das unidades, e perguntou se a CNN tinha
1168 abordado o problema. Em resposta, o Sr. Paulo José reforçou que o fechamento do acordo coletivo
1169 tinha sido difícil, falou sobre as tentativas de desmobilização e abordou a eleição de 2026, pedindo
1170 que os presentes votassem em prol dos trabalhadores, não dos políticos. Sugeriu também que, caso
1171 fosse necessária uma paralização em 2026, ela deveria abranger os trabalhadores da Codevasf e da
1172 Embrapa em todos os estados simultaneamente. Já o Sr. Ricardo Vieira lembrou que a progressão
1173 salarial era conquista do Sindicato e que os planos poderiam ser revistos, porém futuramente, a fim

1174 de não prejudicar os trabalhadores que estavam ingressando nas empresas. Com a palavra, o Sr.
1175 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal parabenizou as CNNs e os negociadores. Com relação aos acordos da
1176 Codevasf e da Embrapa, afirmou que a narrativa das empresas não poderia ser aceita, dado que não
1177 tinha em vista as melhorias para os trabalhadores, e lembrou que as seções precisavam atuar na base,
1178 informando os trabalhadores. Reconheceu os avanços dos acordos coletivos, destacando que, durante
1179 os cinco anos da atual gestão, não houve perda de cláusulas, mesmo diante das dificuldades.
1180 Continuamente, o Sr. Walterlenne Freitas agradeceu a oportunidade de participar da CNN e discorreu
1181 sobre a luta sindicalista, especificamente na Embrapa. Então, o Sr. Felipe Pilger relatou o anseio
1182 gerado pela questão do adicional de elevação de escolaridade, que deveria continuar a ser discutida
1183 pelo SINPAF e pela Embrapa. Ainda, o Sr. Jorge Severo da Costa, Embrapa Petrolina, expôs o seu
1184 ponto de vista com relação às negociações do acordo coletivo entre a Embrapa e o SINPAF,
1185 parabenizando o Sr. Antônio Guedes. Em seguida, passou-se à pauta dos Assuntos Jurídicos. O Sr.
1186 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal convidou para a mesa: Sr. Adilson Mota, Diretor Jurídico e
1187 Previdenciário, e Sr. Paulo Roberto Alves, LBS. Em posse da palavra, o Sr. Adilson Mota avisou que
1188 resumiria as principais ações judiciais do SINPAF, iniciando pela ação sobre o saldamento, sobre a
1189 qual afirmou que a assessoria jurídica estava acompanhando o caso. Comunicou que tinha sido
1190 encaminhado um ofício com pontos a serem considerados pela Ceres antes do saldamento e disse que
1191 as exigências feitas pela PREVIC também estavam sendo acompanhadas, além de citar a
1192 possibilidade de uma nova ação judicial. A respeito da ação de premiação da Embrapa, contextualizou
1193 o seu histórico e informou que a LBS, representando o SINPAF, ganhou a ação em 1ª e 2ª Instâncias.
1194 Entretanto, falou que a Embrapa entrou com um recurso contestando a forma de pagamento e a
1195 contagem de prazo, o que não alteraria o resultado, apenas adiaria o fim da ação. A seguir, tratou da
1196 ação das letras dos assistentes, que estava na fase de execução, relatando que o SINPAF tinha entrado
1197 com recurso em 2ª Instância a fim de solicitar a execução coletiva. Abordou a evolução das ações da
1198 Lei Complementar nº 173, que propôs a parada da contagem de tempo para o pagamento de anuênios,
1199 quinquênios e licenças-prêmio durante o período da pandemia. Disse que a Lei foi definida como
1200 constitucional, mas que se a situação for alterada os pagamentos seriam feitos de forma retroativa.
1201 Falou também que as decisões foram diferentes para a Codevasf e a Embrapa, a primeira recebendo
1202 o entendimento de que a Lei não se aplicaria, sendo que a empresa recorreu e o processo seguia
1203 parado, enquanto a segunda teve decisão desfavorável aos empregados. Somou que o Tribunal
1204 Superior do Trabalho – TST deveria unificar o entendimento para ambas as empresas. Ainda,

1205 discorreu sobre a liminar da ação dos 75 anos, relatando a tentativa da Embrapa de derrubá-la e o
1206 argumento de que os empregados não poderiam ser aposentar duas vezes. Explicou que o Supremo
1207 Tribunal Federal - STF usaria a metodologia da repercussão geral para decidir como agir com relação
1208 aos funcionários de empresas públicas com mais de 75 anos. Por fim, comunicou que o acordo
1209 coletivo da Embrapa tinha sido assinado e o da Codevasf estava agendado. Dando continuidade, o Sr.
1210 Paulo Roberto Alves elogiou o trabalho do SINPAF com relação à negociação e a densidade dos
1211 debates da Plenária e falou sobre a parceria do LBS com o SINPAF. Avançando às manifestações, o
1212 Sr. Eduardo Scarquette perguntou se houve a prerrogativa do sigilo nas negociações do acordo
1213 coletivo entre a Codevasf e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST
1214 e quando as atas seriam disponibilizadas. A seguir, o Sr. Nilo Dantas relacionou a pauta dos
1215 trabalhadores com mais de 75 anos com o acordo mútuo e pediu orientações sobre a questão. Em
1216 seguida, a Sra. Ilmarina Campos de Menezes indagou se ainda existia alguma via jurídica para tratar
1217 a Lei Complementar nº 173 e pediu explicações sobre o conceito de repercussão geral. Após, a Sra.
1218 Izete Barbosa dos Santos pediu que a fala sobre os processos jurídicos fosse disponibilizada e o Sr.
1219 Haron Abrahim Magalhães Xaud informou que já estavam sendo feitos acordos com os trabalhadores
1220 com mais de 75 anos, solicitando uma ação uniforme do SINPAF entre as seções. Apresentou a
1221 proposta de iniciar o acordo entre a empresa e o funcionário, porém não finalizá-lo até a decisão final
1222 do STF. Em resposta, o Sr. Paulo Roberto Alves aprofundou o processo sobre os trabalhadores com
1223 mais de 75 anos, enfatizando que a tramitação era demorada e que a decisão não seria instantânea.
1224 Somou que as atas solicitadas já tinham sido requeridas e comentou sobre a dificuldade de
1225 comunicação com a SEST. Em seguida, o Sr. Adilson Mota afirmou que a CNN e o SINPAF foram
1226 contrários à não divulgação das atas supramencionadas. Acrescentou que seria difícil que a questão
1227 dos trabalhadores com mais de 75 anos fosse unificada nas seções sindicais, embora a DN tivesse
1228 emitido uma nota com o seu parecer. Dando continuidade, o Sr. Paulo Humberto Marcante discorreu
1229 sobre a resolução de conflitos trabalhistas. Solicitou uma solução para o problema do registro de
1230 ponto dos trabalhadores durante viagens a trabalho e a inclusão de periculosidade nos serviços
1231 realizados em florestas, ambos temas a serem abordados nos acordos coletivos. A Sra. Fabiane
1232 Goldschmidt Antes contou sobre a reclamação a respeito dos empregados do campo experimental,
1233 que trabalhavam mesmo quando era decretado ponto facultativo e não ganhavam a mais por isso.
1234 Questionou se os benefícios conquistados por acordos coletivos, com exceção de reajustes, poderiam
1235 ser revertidos apenas para filiados dos sindicatos, a espelho do que era feito com as ações judiciais

1236 coletivas. Concluiu agradecendo a assessoria jurídica e explicou o sistema de compensação de horas
1237 para os casos de viagem a trabalho. Após, o Sr. Paulo José argumentou que a Codevasf e a Embrapa
1238 não se preocupavam com os trabalhadores, que por sua vez dependiam do Sindicato. Questionou se
1239 a liminar supracitada valeria tanto para trabalhadores que já tinham 75 anos ou mais e para os que
1240 estavam chegando à essa idade ou apenas para aqueles com mais de 75 anos. A seguir, o Sr. Aparecido
1241 da Silva Junior perguntou se a assessoria jurídica poderia ajudar na questão da elevação de
1242 escolaridade de técnicos e assistentes da Embrapa e com medidas sobre os diversos tipos de assédio.
1243 O Sr. Paulo Roberto Alves relatou que o problema da viagem a serviço envolvia todas as empresas e
1244 lembrou que a jornada começava ao sair de casa, segundo a Lei, direito que precisava ser garantido
1245 na mesa de negociação. Entretanto, arrazoou que atividade dentro da floresta não era tida como de
1246 periculosidade perante a Lei, o que demandaria luta para conquista do direito. Disse que a premissa
1247 de favorecer-se apenas os filiados nos benefícios conquistados pelos acordos coletivos era um debate
1248 recorrente, mas que a justiça ainda recuava e argumentava que o sindicato trabalhava para os filiados
1249 e não filiados. Continuamente, o Sr. Adilson Mota explicou que a questão do ponto em viagens não
1250 poderia ser incluído nos acordos de trabalho, mas que deveria ser acordado. Disse não acreditar que
1251 a Embrapa faria acordos mútuos com os trabalhadores com mais de 75 anos e falou que a liminar
1252 dirigia-se à pessoas com mais de 75. Concordou que a questão do ponto facultativo poderia ser
1253 incluída no acordo coletivo. Sobre o assédio moral, o Sr. Paulo Roberto Alves lembrou que a maioria
1254 dos afastamentos do INSS era decorrente de doenças psiquiátricas, falou sobre os efeitos devastadores
1255 dos casos e relatou as condenações da Embrapa por assédio moral, usado como ferramenta de gestão.
1256 Acrescentou que a Embrapa tinha incluído uma cláusula de proatividade em relação ao assédio moral
1257 no seu acordo coletivo. Ainda, o Sr. Felipe Pilger contou sobre a instituição de uma Comissão para
1258 tratar da estratégia do adicional de elevação de escolaridade, o que também dependeria de luta. Ainda,
1259 o Sr. Walterlenne Freitas perguntou sobre o regime de horas extras e compensação de horas e sobre
1260 a situação dos trabalhadores que devolveram dinheiro à Embrapa por estarem recebendo acima do
1261 teto, ao que o Sr. Adilson Mota lembrou que a orientação sindical foi não informar, nem devolver
1262 os valores. Mencionou também que a Embrapa tinha criado uma regra de que o trabalhador deveria
1263 escolher entre fazer compensação ou hora extra e permanecer no mesmo regime por pelo menos seis
1264 meses, o que não constava em acordo coletivo. Concluído o debate, instalou-se a pauta sobre o Plano
1265 de Ação, sendo que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal informou que a proposta tinha sido
1266 proveniente do Congresso e fez a leitura do documento. Após, lembrou que muitos dos pontos tinham

1267 sido debatidos na Plenária, destacando a urgência do ponto 13, que dispõe sobre a elaboração e
1268 implementação de um amplo programa de formação política e sindical. Citou também que a filiação
1269 tinha sido simplificada e sugeriu acrescentar o adicional de elevação de escolaridade e a reativação
1270 das mesas de negociação. Isto posto, foi sugerida a seguinte redação para um novo item, o item 15:
1271 *“Luta pela pauta de reconhecimento do adicional de elevação de escolaridade”*. Após, o Sr. Haron
1272 Abrahim Magalhães Xaud pediu detalhes sobre a proposta da comunicação e questionou quais ações
1273 tinham se consolidado após o Congresso de 2023. Indicou que o fortalecimento da comunicação dar-
1274 se-ia através do uso articulado da assessoria de comunicação e diante do reconhecimento da
1275 heterogeneidade das seções. Então, a Sra. Jasna Maria Luna Marques sugeriu que as fichas de filiação
1276 voltassem a ser enviadas para os diretores das seções, ao que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
1277 concordou. Adiante, o Sr. Paulo José da Silva propôs que a comunicação do SINPAF fosse divulgada
1278 através das rádios locais, incluindo as conquistas, citando que havia verba para tal. O Sr. Marcus
1279 Vinicius Sidoruk Vidal mencionou a proposta de podcast do SINPAF e o contato feito com a Rádio
1280 Sinttel, ao que o Sr. Antônio Marcos confirmou e acrescentou que o projeto de criação de um canal
1281 de rádio não era caro e o veículo poderia ser usado para divulgação e entretenimento. Diante do
1282 exposto, acrescentou-se ao Item 12: *“Estudar a viabilidade programa de rádio/podcast”*. A seguir,
1283 o Sr. Nilo Dantas elogiou o Plano, mas apontou a ausência dos temas dos movimentos sociais voltados
1284 para a agricultura familiar, agroecologia e afins. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal sugeriu a
1285 inclusão no Item 1: *“MST, movimentos sociais do campo, CONTAG”*. Subsequentemente, o Sr. Pedro
1286 Choiry, S.S. Maranhão recomendou que a Diretoria Nacional promovesse um curso de formação
1287 sindical voltado para os diretores das seções sindicais. Em conclusão, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk
1288 Vidal lembrou que o plano apresentava orientações estratégicas e teria desdobramentos operacionais
1289 para a DN e para as seções sindicais. Ainda, a Sra. Paula Schutz Bittencourt Pucci, S.S. Florestas, e
1290 o Sr. Oneilson Medeiros de Aquino, S.S. Hortaliças, elaboraram a seguinte redação para o Item 15:
1291 *“Ampliar a luta pela pauta de reconhecimento de assistentes, técnicos e operacionais através da*
1292 *elevação de escolaridade, do reconhecimento de publicações e outros”*. O Sr. Haron Abrahim
1293 Magalhães Xaud pediu também a inclusão de *“principalmente em ano de COP 30”* no Item 10. Isto
1294 posto, o Plano de Ação foi aprovado por ampla maioria (ANEXO D). Ato seguinte, a Sra. Franciana
1295 Aparecida Volpato iniciou a leitura da moção: *“Moção de aplauso e reconhecimento a todas as*
1296 *mulheres sindicalistas do SINPAF, Embrapa, Codevasf, etc., pela sua força, coragem e resiliência,*
1297 *por atuar em um ambiente muitas vezes machista, discriminatório e que não reconhece a importância*

1298 *de seu papel e que não estimula dessa forma uma participação mais efetiva. Ricardo Camargo,*
 1299 *Campinas e Jaguariúna*". A moção foi aprovada e avançou-se à leitura dos encaminhamentos: "*Que*
 1300 *o SINPAF, a partir desta data, inclui como pauta para as futuras negociações com a Embrapa a*
 1301 *necessidade do reconhecimento da isonomia para reconhecimento de escolaridade aos técnicos e*
 1302 *assistentes. Aparecido da Silva Júnior, Gado de Corte*". O encaminhamento foi aprovado. Seguiu-se
 1303 ao próximo encaminhamento: "*Que a Ceres envie cópia do seu novo estudo atuarial, não somente à*
 1304 *Embrapa, mas a todos os não eminentes que serão prejudicados. Informe também qual o real motivo*
 1305 *para a implantação do saldamento, baseado em documentos. Que o SINPAF, como legítimo*
 1306 *representante dos trabalhadores da base Embrapa, seja sempre comunicado dos próximos passos do*
 1307 *saldamento. Lucas Santana, Cerrados*". O Sr. Jean Kleber de Sousa Silva argumentou que o SINPAF
 1308 não tinha poder sobre a Ceres e poderia apenas cobrar a entidade, não obrigá-la. Já o participante
 1309 pediu que os documentos fossem encaminhados à todos os associados, ao que a Sra. Paula Schutz
 1310 Bittencourt Pucci explicou que os iminentes já tinham seus direitos assegurados, por isso o destaque
 1311 para os não iminentes. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal perguntou se seria um problema
 1312 encaminhar os documentos para todos, ao que foi respondido que não, a fim de chegar-se ao consenso.
 1313 Então, a moção foi aprovada com as sugestões feitas e seguiu-se para o próximo encaminhamento:
 1314 "*Que todas as apresentações das mesas, com o devido consentimento dos autores, sejam colocadas*
 1315 *em algum repositório de acesso das seções sindicais, ou enviadas por e-mail às seções. Ricardo*
 1316 *Camargo, Campinas e Jaguariúna*", sendo aprovada. Por fim, foi lido e aprovado o último
 1317 encaminhamento: "*Encaminhamento para a Plenária Nacional 2025, um concurso nacional de*
 1318 *fotografias SINPAF, somente para afiliados, em homenagem às temáticas do grande fotógrafo*
 1319 *Sebastião Salgado, para expor e premiar no próximo Congresso Nacional do SINPAF 2026. Temas:*
 1320 *agricultura e pecuária sustentáveis e inclusivas e meio ambiente; foto-denúncia sindical, condições*
 1321 *e ambiente de trabalho; atuação dos trabalhadores da Embrapa, Codevasf e demais empresas da*
 1322 *base da agroecologia, agricultura familiar, comunidades indígenas e quilombolas; atos de rua e*
 1323 *participação nas grandes lutas e mobilizações nacionais; o trabalho e a importância dos assistentes*
 1324 *na pesquisa da Embrapa. Marcos Tadeu Borges, Pantanal. Proposta feita pelo filiado Igor, membro*
 1325 *da diretoria da seção sindical*". Ainda, o Sr. Nilo Dantas propôs uma moção em apoio e
 1326 agradecimento à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, porém o Sr.
 1327 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal disse que não seria possível em formato de moção, mas comprometeu-
 1328 se à encaminhar uma carta. Ato contínuo, foram distribuídos os livros de poesia da Sra. Ivonete

1329 Ibiapina, Codevasf Sede, para as mulheres presentes. Em seguida, o Sr. Jean Kleber de Sousa Silva
1330 explicou que a Carta da Transição Justa tinha sido construída com o material de todas as plenárias
1331 regionais e foi encaminhada para todos. Assim sendo, a Carta foi aprovada por ampla maioria para
1332 ser remetida para a organização da COP 30 (ANEXO E). Então, o Sr. Paulo José pediu aplausos para
1333 os presentes, marcando os três dias de trabalhos intensos. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal pediu
1334 que os temas apresentados fossem replicados e divulgados nas bases e garantiu que as lutas
1335 continuariam. Já o Sr. Ailton Durães agradeceu o trabalho da equipe técnica, fala ecoada pelo Sr.
1336 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, o Sr. Marcus Vinicius
1337 Sidoruk Vidal encerrou a 23ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação e
1338 colaboração de todos(as).

Brasília/DF, 07 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL**
Data: 07/07/2025 13:53:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcus Vinicius Sidoruk Vidal

Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa
e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF

Documento assinado digitalmente
gov.br **FRANCIANA APARECIDA VOLPATO**
Data: 07/07/2025 14:04:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Franciana Aparecida Volpato

Secretária da 23ª Plenária Nacional do SINPAF

Documento assinado digitalmente
gov.br **JASNA MARIA LUNA MARQUES**
Data: 07/07/2025 17:02:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jasna Maria Luna Marques

Relatora da 23ª Plenária Nacional do SINPAF





Sindicato Nacional dos Trabalhadores de
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

000 14 0994

ANEXO A

Pauta da 23ª Plenária Nacional do SINPAF - 2025	
Deslocamento – (21/05 - Quarta-feira)	
Deslocamento e chegada dos participantes	
Dia 1 (22/05 - Quinta-feira)	
08:00 – 09:00	Credenciamento
09:00 – 09:30	Abertura
09:30 – 10:15	Análise de conjuntura política e econômica nacional Palestrantes: Juvândia Moreira Leite (Vice-Presidenta da CUT Nacional) Marco Antônio Baratto (MST) Coordenador: Marcus Vinicius Vidal, Presidente Nacional
10:15 – 11:00	Debate e Encaminhamentos
11:00 – 11:15	Composição da Mesa - Eleição do secretário(a) e do relator(a)
11:15 – 12:00	Aprovação da pauta e do regimento interno da plenária
12:00 – 14:00	Almoço
14:00 – 14:45	<i>O papel da classe trabalhadora na busca por uma transição justa e sustentável</i> Palestrantes: Miriam Cabreira (Presidenta SindPetro-RS/Diretora do SMS FUP) Vera Paoloni (Presidenta da CUT-PA) Coordenador: Jean Kleber, Diretor de Comunicação
14:45 – 15:30	Debate e Encaminhamentos
15:30 – 16:15	<i>Orçamento Público e relações institucionais nas Empresas Públicas</i> Palestrantes: Mariel Angeli (DIEESE) Neuriberg Dias (DIAP) Coordenador: Zeca Magalhães, Diretor de Relações Institucionais
16:15 – 17:00	Debate e Encaminhamentos
17:00 – 17:15	Intervalo
17:15 – 18:00	<i>Lutas nas Empresas estaduais e Distritos de Irrigação</i> Palestrantes: Carlos Hermínio, repr. trab. - Consad Codevasf Alberto Silva – Ger. Apoio Prod. Irrigada - Codevasf Clézio Santos, DIF Coordenador: Antônio Marcos, Diretor Nordeste
18:00 – 18:45	Debate e Encaminhamentos
Dia 2 (23/05 - Sexta-feira)	
08:00 – 08:45	<i>Combate ao racismo, uma luta coletiva</i> Palestrante: Karoline Bandeira, Conselheira de Políticas para Mulheres de SP Zeca Magalhães, Diretor Rel. Institucionais Coordenadora: Franciana Volpato, Diretora de Políticas Sociais
08:45 – 09:30	Debate e Encaminhamentos

09:30 – 10:15	<i>Gênero</i> Palestrantes: Thaisa Magalhães CUT-DF Antônio Megale – LBS Coordenadora: Silvia Belloni, Diretora da Mulher
10:15 – 11:00	Debate e Encaminhamentos
11:00 – 11:45	<i>Inclusão e diversidade da teoria a prática</i> Palestrantes: Johari Silva, vice-presidente da Casa Dulce Seixas, ativista LGBTQIAPN+ João Macedo - CUT DF Coordenadora: Franciana Volpato, Diretora de Políticas Sociais
11:45 – 12:30	Debate e Encaminhamentos
12:30 – 14:00	Almoço
14:00 – 14:45	<i>Planos de Previdência</i> Palestrantes: Murilo Xavier Flores, Presidente da Ceres Fábio Augusto Noronha, Chefe Ass. Governança - Fundação São Francisco Gláucia Costa – LBS Coordenador: Adilson Mota, Diretor Jurídico e Previdenciário
14:45 – 15:30	Debate e Encaminhamentos
15:30 – 16:15	<i>Planos de Saúde</i> Palestrantes: Alan Reis e Carlos Honorato – Casembrapa Carlos Eduardo M. Santos – Casec Adilson Mota, repr. CAD Casembrapa Lucas Freitas, repr. CAD Casec Coordenador: Felipe Pilger, Dir. Regional Sul
16:15 – 17:00	Debate e Encaminhamentos
17:00 – 17:15	Intervalo
17:15 – 18:00	<i>Relatório Diesat - Assédios moral, sexual e saúde mental</i> Palestrantes: Mirian Regina de Souza e Eduardo Bonfim, DIESAT Alex Fonseca, Presidente do DIESAT Coordenador: Pedro Melo, Diretor Saúde do Trabalhador
18:00 – 18:45	Debate e Encaminhamentos
Dia 3 (24/05 - Sábado)	
08:00 – 09:00	<i>Eleições para Comissão Eleitoral Central (CEC) e aprovação do Regimento Eleitoral</i>
09:00 – 09:45	<i>Apresentação do relatório da Auditoria Fiscal Nacional – representantes AFN</i>
09:45 – 10:30	Debate e Encaminhamentos
10:30 – 11:15	<i>Balanço das contas da Diretoria Nacional (apresentação e votação) – Dir. Adm-Financeira</i>
11:15 – 12:00	Debate e Encaminhamentos
12:00 – 14:00	Almoço
14:00 – 14:45	<i>Acordos Coletivos de Trabalho 2025/2026</i> Coordenador: Antônio Guedes, Secretário-geral
14:45 – 15:30	Debate e Encaminhamentos
15:30 – 16:00	<i>Assuntos jurídicos</i> Coordenador: Adilson Mota, Diretor Jurídico e Previdenciário
16:00 – 16:30	Debate e Encaminhamentos
16:30 – 16:45	Intervalo
16:45 – 17:45	<i>Construção do Plano de Ação</i>
17:45 – 18:45	<i>Moções e Encaminhamentos</i>

Deslocamento – (25/05 - Domingo)

ANEXO B

REGIMENTO INTERNO DA 23ª PLENÁRIA NACIONAL DO SINPAF

CAPÍTULO I - Da Realização e Organização

000140994

Artigo 1º - A Diretoria Nacional do SINPAF é responsável pela organização da **23ª Plenária Nacional do SINPAF**.

Artigo 2º - A 23ª Plenária Nacional do SINPAF realizar-se-á no período de **22 a 24 de maio de 2025** em Brasília/DF.

CAPÍTULO II - Dos Objetivos da 23ª Plenária Nacional

Artigo 3º - A 23ª PLENÁRIA NACIONAL tem como objetivos:

Debater assuntos relacionados ao SINPAF e sua gestão em nível nacional e locais sob as diretrizes de seu plano de lutas, deliberado no 13º Congresso e na 22ª Plenária Nacional do SINPAF; deliberar sobre os encaminhamentos das plenárias regionais; deliberar sobre o relatório da AFN; sobre a situação financeira da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais; Eleição da Comissão Eleitoral Central e Aprovação do Regimento Eleitoral da Comissão Eleitoral Central.

Artigo 4º - A 23ª Plenária Nacional deliberará exclusivamente sobre os assuntos constantes da pauta aprovada no seu início.

CAPÍTULO III - Dos Participantes

Artigo 5º - São participantes da 23ª Plenária Nacional do SINPAF:

- a) Os membros titulares da Diretoria Nacional do SINPAF, ou seu substituto legal;
- b) Os Presidentes das Seções Sindicais do SINPAF, ou seu substituto legal;
- c) O Presidente da Auditoria Fiscal Nacional;
- d) Os convidados da organização da 23ª Plenária Nacional.



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Parágrafo Primeiro - São considerados Delegados participantes credenciados os que se classificam de acordo com as alíneas a, b e c - tendo direito a voz e voto.

Parágrafo Segundo - Os convidados da organização da 23ª Plenária Nacional do SINPAF somente terão direito a voz.

000 140 994

Artigo 6º - O Presidente do SINPAF preside os trabalhos da 23ª Plenária Nacional, inclusive no momento da eleição do Secretário da Mesa e do Relator, discussão e votação da Pauta e do Regimento Interno da Plenária.

Parágrafo Primeiro - A escolha do Secretário da Mesa e o Relator será realizada pela plenária, podendo ser candidato qualquer dos delegados presentes na 23ª Plenária Nacional.

Parágrafo Segundo - O quórum mínimo de funcionamento de cada Sessão Plenária é de maioria absoluta dos Delegados, conforme o parágrafo primeiro da Cláusula 5ª acima. (cinquenta por cento mais um dos Delegados credenciados).

Parágrafo Terceiro - As deliberações da 23ª Plenária Nacional serão adotadas por maioria simples, conforme o parágrafo primeiro da Cláusula 5ª acima (maior número de votos dos Delegados) na plenária.

CAPÍTULO IV - Das Inscrições e do Credenciamento

Artigo 7º - Os delegados ou seus respectivos substitutos serão credenciados pela Diretoria Nacional que é responsável pela Organização da 23ª Plenária Nacional.

Artigo 8º - O Credenciamento dos Delegados ou de seus respectivos suplentes ocorrerá no dia 22/05/2025, (a partir das 7h), na Secretaria da 23ª Plenária Nacional.

CAPÍTULO V - Do Funcionamento da 22ª Plenária

Artigo 9º - A 23ª Plenária Nacional do SINPAF reunir-se-á para analisar, discutir e deliberar sobre os assuntos elencados nos Artigos 24, 28 e 84 do Estatuto do SINPAF.

000 14 0994

Artigo 10º - Na 23ª Plenária Nacional do SINPAF serão realizados os seguintes temas:

- Credenciamento; Abertura Solene; Análise de conjuntura política e nacional; Eleição da Mesa Diretora; Aprovação da Pauta e do Regimento Interno; O papel da classe trabalhadora na busca de uma transição justa e sustentável; Orçamento público e relações institucionais nas empresas públicas; Lutas nas empresas estaduais e distritos de irrigação; Combate ao racismo; Inclusão e diversidade; Planos de previdência e Planos de Saúde; Relatório do DIESAT; Eleições para a Comissão Eleitoral Central e aprovação do Regimento Eleitoral; Apresentação do relatório da Auditoria Fiscal Nacional; Apresentação e votação do balanço das contas da Diretoria Nacional; Acordos Coletivos de Trabalho 2025/2026; Assuntos jurídicos; Construção do Plano de Ação; Moções e Encaminhamentos.

Artigo 11º - O tempo para cada delegado fazer sua intervenção será de 3 (três) minutos, impreterivelmente.

Parágrafo Primeiro – A inscrição do delegado para realizar sua intervenção se dará pela entrega do crachá, junto a mesa diretora, que obedecerá à ordem de entrega para a autorização das intervenções. Para cada assunto em discussão, na fala do terceiro delegado as inscrições se encerrarão.

Parágrafo Segundo - A intervenção de qualquer delegado será controlada pela mesa e deverá ser feita verbalmente. Faltando um minuto para finalizar a intervenção do delegado, a mesa deverá avisá-lo. Caso o delegado ultrapasse os três minutos para sua intervenção, a mesa deve adverti-lo sobre o tempo esgotado. Caso o delegado continue sua intervenção, a mesa deverá tomar providências para sua interrupção.



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Parágrafo Terceiro - Para cada emenda será aceita somente duas defesas (uma na realização de defesa favorável e uma na contrária).

000 140 994

Parágrafo Quarto – Caso a mesa avalie a necessidade de um maior número de defesas para o assunto, deverá consultar a Plenária.

Parágrafo Quinto - Durante as intervenções sobre determinado assunto, a mesa deve dividir o tempo entre discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo Sexto - A prioridade de encaminhamento sobre discussão ou apresentação de propostas é de competência da mesa.

Parágrafo Sétimo - Caso a Plenária não aceite as propostas de encaminhamento da mesa, será aberta intervenção para outros encaminhamentos.

Parágrafo Oitavo - A mesa garantirá o direito de réplica, concedendo o mesmo tempo, caso algum delegado na compreensão da mesa tenha sido ofendido quando citado nominalmente.

Artigo 12º - As questões de ordem, questões de encaminhamento e questões de esclarecimentos serão conduzidas pela mesa e devem dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta.

Artigo 13º - Só serão permitidas questões de ordem para preservar a manutenção das discussões sem desvios da pauta.

Artigo 14º - As questões de encaminhamento, destinam-se exclusivamente a sugerir a forma como determinada proposta deverá ser tratada.



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Artigo 15º - A questão de esclarecimento visa eliminar eventuais dúvidas sobre o assunto tratado, antes que ele entre em regime de votação e, será dado pela mesa diretora.

Artigo 16º - Os Encaminhamentos/ Recursos/ Resoluções e Moções **deverão ser entregues até as 17:30h do dia 23/05/2025.**

000 140 994

CAPÍTULO VI - Das Votações

Artigo 17º - As votações se darão da seguinte forma:

- Cada Delegado credenciado conforme o parágrafo primeiro da Cláusula 5ª terá direito a apenas 01 (um) voto;
- Não serão aceitas questões de ordem, encaminhamentos ou esclarecimentos quando a Plenária estiver em regime de votação;
- As votações serão feitas mediante levantamento dos cartões/crachás de votação pelo delegado;
- Em caso de dúvida sobre a proposta vencedora, no levantamento dos cartões de voto, a mesa deverá repetir a votação por contraste e, persistindo a dúvida, deverá fazer a contagem de cada voto;
- As votações serão decididas por maioria simples dos Delegados credenciados presentes na Plenária conforme o parágrafo primeiro da Cláusula 5ª, exceto aquelas que exigirem quórum qualificado nos termos do Estatuto do SINPAF;
- Caso o Delegado credenciado da Plenária não esteja presente quando a mesa convocar a Plenária para votar e entrar no recinto de votação na hora da contagem de votos, não será contado o voto retardatário.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, não será permitido aos membros da Diretoria Nacional e/ou Auditoria Fiscal Nacional, votarem quando da aprovação prevista no inciso IX do Artigo 24 do Estatuto do SINPAF.

CAPÍTULO VII - Das Disposições Gerais

Artigo 18º - Qualquer disposição deste Regimento Interno não poderá entrar em conflito com o disposto no Estatuto do SINPAF.

000 14 @ 994

Artigo 19º - Os participantes deverão respeitar as regras estabelecidas pelo Hotel quanto a hospedagem e utilização das dependências e serviços.

Artigo 20º - Os participantes que desrespeitarem o estabelecido neste Regimento Interno ou manifestarem reiteradamente comportamento desrespeitoso durante as atividades poderão ser convidados a se retirar do recinto pela mesa após consulta ao plenário.

Artigo 21º - As alterações deste Regimento Interno deverão ocorrer com no mínimo de 2/3 dos Delegados credenciados membros participantes, conforme parágrafo primeiro da Cláusula 5ª inscritos na 23ª Plenária Nacional.

Artigo 22º - Os casos conflitantes ou omissos deste Regimento Interno, serão resolvidos, em última instância, pelo voto de 2/3 dos participantes, conforme parágrafo primeiro da Cláusula 5ª inscritos na 23ª Plenária Nacional.

Artigo 23º - O presente regimento passa a vigorar a partir de sua aprovação pelo plenário e incorporará o texto da Ata da 23ª Planária Nacional.

Brasília-DF, 21 de março de 2025.

23ª Plenária Nacional

SINPAF – DIRETORIA NACIONAL



ANEXO C

Regimento Eleitoral Eleição da Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional Triênio 2025-2028

000 14 0994

Capítulo I Das Eleições

ARTIGO 1º - Os membros da Diretoria Nacional e da Auditoria Fiscal Nacional serão eleitos em processo eleitoral presencial, com voto em papel, para preenchimento dos cargos previstos no Estatuto do SINPAF, conforme o Título III, Capítulo III, em conformidade com o disposto nos Artigos 84 a 89 do Estatuto do SINPAF e de acordo com este Regimento Eleitoral aprovado pela 23ª Plenária Nacional.

Parágrafo Único - A eleição dar-se-á pelo escrutínio secreto e universal da totalidade dos filiados do SINPAF em dia com suas mensalidades e demais direitos estabelecidos no Estatuto do SINPAF.

ARTIGO 2º - Será garantida por todos os meios democráticos, a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade na divulgação dos materiais enviados pelas Chapas concorrentes e também quanto a coleta e apuração de votos.

Parágrafo Único — É vedado ao SINPAF através de suas instâncias detentoras de recursos financeiros a destinação de apoio de qualquer espécie que determinam aporte de recursos financeiros do SINPAF para a divulgação de Chapas concorrentes ao pleito.

ARTIGO 3º - Mesmo se houver chapa única, seja para a Diretoria Nacional ou Auditoria Fiscal Nacional, deverá ser aplicado este Regimento Eleitoral no que couber.

Parágrafo Único — É condição para a realização da Eleição a inscrição de pelo menos uma Chapa para a Diretoria Nacional e uma Chapa para a Auditoria Fiscal Nacional.

Capítulo II Da Convocação das Eleições

ARTIGO 4º - A eleição da Diretoria Nacional e da Auditoria Fiscal Nacional será convocada através de Edital próprio, para ocorrer nos dias 09 e 10 (terça-feira e quarta-feira) de setembro de 2025, na forma do artigo 84 do Estatuto do SINPAF, com horário de votação das 09h00 até às 17h00, horário local.



filiado à CUT

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

000 140 994

Parágrafo Primeiro - O Edital deverá ser divulgado nos meios de comunicação oficiais do SINPAF e no Diário Oficial da União, em até 100 (cem) dias antes da data indicada no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Segundo - Cópias do Edital a que se refere este Artigo deverão ser afixadas nos murais dos locais de trabalho ou nos respectivos quadros de aviso usualmente utilizados pelo Sindicato.

Parágrafo Terceiro - O Edital de Convocação de Eleições deverá conter obrigatoriamente o local e prazo para inscrição de chapas: data, local e horário de início\ término de votação, período e horário de apuração, período de recursos, data de divulgação do resultado oficial e a data da posse da Chapa eleita.

ARTIGO 5º - A Comissão Eleitoral Central será eleita na 23ª Plenária Nacional do SINPAF e convocada pelo Presidente do SINPAF em até 100 (cem) dias de antecedência, e terá por finalidade organizar, administrar e garantir a realização das eleições da Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional do SINPAF.

Parágrafo Primeiro - A Comissão Eleitoral Central fornecerá, para cada chapa em até 30 dias antes da Eleição a lista com a relação de eleitores e suas respectivas lotações.

Parágrafo Segundo - Cada Chapa concorrente às eleições da Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional do SINPAF, ao requerer sua inscrição, indicará 01 (uma) pessoa filiada como membro adicional para compor a Comissão Eleitoral Central (Artigo 86, §1º), desde que a referida pessoa não seja candidata, sem direito a voto.

Parágrafo Terceiro - A Comissão Eleitoral Central tomará todas as iniciativas e fornecerá orientações adicionais para as Comissões Eleitorais Locais, formadas em cada Seção Sindical.

Parágrafo Quarto - A Comissão Eleitoral Central regulamentará para uso das Chapas concorrentes a mesma infraestrutura que pode ser oferecida tanto pela sede do SINPAF, quanto as existentes nas Seções Sindicais.

Parágrafo Quinto - Caberá às Diretorias de Seções Sindicais disponibilizar as estruturas existentes para o completo funcionamento das Comissões Eleitorais Locais.

Parágrafo Sexto - Em caso de pedido de impugnação do nome de algum Candidato ou Eleitor, a/o interessada/o fundamentará no prazo de 3 (três) dias úteis após a inscrição da chapa com os motivos do pedido, cabendo o encaminhamento e o julgamento e decisão final também no prazo de 3 (três) dias úteis à Comissão Eleitoral Central.

ARTIGO 6º - Uma vez eleita, é de responsabilidade da Comissão Eleitoral Central:

- a) zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias deste Regimento;
- b) elaborar e divulgar o calendário eleitoral;



afiliado à CUT

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

- c) respeitar o processo eleitoral;
- d) oficializar o registro das Chapas;
- e) comunicar às empresas empregadoras a inscrição de candidatos, a eleição e posse dos vencedores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de cada evento;
- f) divulgar a composição das Chapas;
- g) enviar às Comissões Eleitorais Locais, no prazo de 15 (quinze) dias antes das eleições, a listagem geral dos votantes;
- h) mandar confeccionar as cédulas eleitorais;
- i) orientar as Comissões Eleitorais Locais e mesas receptoras de votos;
- j) garantir a isonomia entre as Chapas e o acesso aos recursos disponibilizados pelo Sindicato para a campanha eleitoral;
- k) decidir sobre recursos (impugnações) interpostos;
- l) totalizar e divulgar os resultados da eleição;
- m) lavrar ata das eleições e dar posse à Chapa eleita;
- n) entregar todo o material eleitoral para a Diretoria Nacional após a posse dos eleitos;
- o) resolver os casos omissos não previstos neste Regimento.

000 140 994

Capítulo III

Das Candidaturas e da Inscrição de Chapas

ARTIGO 7º - O prazo para inscrição e registro de Chapas será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes da data de realização das eleições.

ARTIGO 8º - As Chapas para Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional do SINPAF deverão apresentar:

- a) manifesto da Chapa, assinado, no mínimo pelo candidato a Presidente, conforme Artigo 88 do Estatuto do SINPAF;
- b) requerimento de autorização dos candidatos a titulares e suplentes (Artigo 33 do Estatuto) quanto à inscrição na Chapa, contendo ainda o nome completo, documento de identificação oficial (RG\CNH\Registro Conselho de Classe), CPF e Unidade de Lotação com respectivo cargo ocupado na empresa, comprovante de residência, telefone e e-mail;
- c) candidaturas a titulares e suplentes para os cargos da Auditoria Fiscal Nacional, conforme o que determina o Parágrafo Único do Artigo 52 do Estatuto do SINPAF;

Parágrafo Primeiro - Para ser candidato, o filiado do SINPAF deverá ter realizado a sua filiação com pelo menos 12 (doze) meses ininterruptos, antes da data de publicação do Edital de Convocação das eleições, conforme disposto nos Artigos 87º e 8º, I do Estatuto do SINPAF.

Parágrafo Segundo - O registro das Chapas far-se-á junto à Secretaria do SINPAF, na sua sede nacional, em Brasília-DF, conforme Artigo 88 do Estatuto, a qual deverá fornecer,



imediatamente, recibo da documentação apresentada.

Parágrafo Terceiro — É obrigatório que cada Chapa contenha no mínimo, 30% (trinta por cento) dos cargos de Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional, destinado à representatividade de gênero.

Parágrafo Quarto - Será recusado o registro de Chapa incompleta ou com documentação irregular, conforme *caput*.

Parágrafo Quinto - A Comissão Eleitoral Central funcionará, obrigatoriamente, com o *quórum* mínimo de 04 (quatro) membros.

000 149 994

ARTIGO 9º - No encerramento do prazo para o registro de Chapas, a Comissão Eleitoral Central providenciará a imediata lavratura da ata correspondente, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as Chapas e os nomes dos candidatos em seus respectivos cargos, enviando cópia aos representantes das Chapas inscritas.

ARTIGO 10º - Após às 16h (horário de Brasília), do último dia do prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral Central fará publicar, em até 24h, a relação nominal das Chapas registradas, e declarará aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para eventual impugnação.

Parágrafo Primeiro - A impugnação de um ou mais candidatos não impugnará a Chapa, devendo a mesma fazer a substituição dos nomes retirados em um prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a decisão da Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo renúncia formal ou falecimento de candidato após o registro, a Chapa poderá fazer a substituição em até 15 (quinze) dias antes das eleições.

Parágrafo Terceiro - Somente poderá ser aceita substituição de nomes, antecedendo em até 24 (vinte e quatro) horas do início da coleta de votos, em casos determinados por morte do candidato ou atestado médico determinando a incapacidade física ou mental para a atividade, decorrente de evento incapacitante ocorrido após o prazo determinado pelo Parágrafo Segundo.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de óbito de qualquer participante da Chapa, após o prazo determinado no Parágrafo Terceiro, considerar-se-á vacância no cargo, ocorrendo a sucessão prevista nos termos do Estatuto, caso a Chapa seja vencedora.

Parágrafo Quinto - No caso de ocorrer a inscrição de um mesmo participante de Chapa em outra, será considerado válida aquela que primeiro tiver registrado a Chapa junto a Secretaria do SINPAF Nacional, e caso o participante desista de qualquer das Chapas, essa situação não inviabilizará a indicação de outro membro para compor a Chapa, podendo ser adotadas analogicamente as mesmas disposições do Parágrafo Terceiro deste Artigo.

Parágrafo Sexto - A campanha eleitoral será regida pelo que dispuser o calendário eleitoral divulgado pela



Comissão Eleitoral Central – CEC.

Capítulo IV Da Coleta de Votos

000 140 994

ARTIGO 11º - As Mesas Coletoras de votos, implantadas nas Seções Sindicais, funcionarão sob a exclusiva responsabilidade de uma Comissão Eleitoral Local eleita em Assembleia Geral, formada pelo menos por 1 (um) Presidente e 1 (um) Mesário e fiscalizadas pelos fiscais das Chapas, se houver.

Parágrafo Primeiro - Nas Seções Sindicais que possuem grupos de filiados lotados em Campos Experimentais distantes ou de difícil acesso, a Comissão Eleitoral Local deverá constituir subcomissões nestes locais para realizarem os procedimentos de coleta de votos, quando as condições de distância e comunicação assim exigirem.

Parágrafo Segundo - Para a coleta de votos, serão disponibilizadas pela Comissão Eleitoral Central urnas padronizadas que deverão ser montadas, lacradas e assinadas pelos membros das Comissões Eleitorais Locais.

Parágrafo Terceiro - Para que o(a) filiado(a) possa participar como eleitor(a) deverá estar filiado(a) ao SINPAF há pelo menos 30 (trinta) dias antes da data de publicação do Edital de Convocação das eleições, observadas as disposições nos Artigos 8º, I, e 87 do Estatuto do SINPAF.

Parágrafo Quarto - Caberá às Comissões Eleitorais Locais verificarem as condições de aptidão dos eleitores por meio dos seguintes documentos:

- a) lista de descontos\repassse de contribuição sindical existentes nas Seções Sindicais;
- b) lista de afastados pelo INSS (Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez);
- c) pela apresentação do contracheque nos casos em que, por alguma razão, o nome não conste na listagem da respectiva Seção Sindical.

Parágrafo Quinto - Além das mesas coletoras fixas poderão ser instaladas mesas coletoras itinerantes, somente nos casos de difícil acesso, desde que devidamente acompanhadas pelos Mesários designados, que percorrerão trajetos pré-determinados, até os locais de trabalho distantes de forma a facilitar a coleta de voto de todos os filiados.

Parágrafo Sexto - Os fiscais indicados pelas Chapas deverão obrigatoriamente ser filiados ao SINPAF e estar em pleno exercício de sua condição social.

Parágrafo Sétimo – Excepcionalmente, caso ocorram eventos onde houver concentração de filiados do SINPAF em trânsito, poderá ser montada Urna Especial designada pela Comissão Eleitoral Central com apoio da Seção Sindical mais próxima.

ARTIGO 12º - Deverão ser propiciadas condições de privacidade de forma a assegurar o sigilo do voto a ser depositado pelo(a) eleitor(a).

000 140 994

ARTIGO 13º - Os trabalhos eleitorais das mesas coletoras terão a duração prevista no Edital de Convocação da Eleição.

Parágrafo Primeiro - O horário núcleo de votação em todas Seções Sindicais, incluso aqueles votantes itinerantes e, em trânsito, será aquele definido pela Comissão Eleitoral Central e incluído dentro do horário de expediente da Unidade.

Parágrafo Segundo - Os trabalhos de votação só poderão ser encerrados antecipadamente se todos os eleitores constantes da folha de votação já tiverem votado.

ARTIGO 14º - Cada eleitor(a), após sua identificação, assinará a folha de votação, receberá uma cédula para voto nas chapas concorrentes, verificando se a mesma está rubricada pelos membros da Comissão Eleitoral Local e, em local reservado, após assinalar sua preferência, a dobrará, depositando-a em seguida, em uma urna na Mesa Coletora.

Parágrafo Único - O(a) eleitor(a) em trânsito deverá consultar sua filiação junto à Mesa Coletora de votos informando seu nome e Seção Sindical de origem, cuja verificação será feita na lista geral encaminhada pela Comissão Eleitoral Central. A Mesa Coletora de votos fará registro em Ata com identificação do(a) eleitor(a) em trânsito.

ARTIGO 15º - Encerrados os trabalhos, a urna será lacrada, sendo o lacre rubricado pelos membros da mesa e pelos fiscais se houver. Momento seguinte, será lavrada a ata, que será também pelos mesários e fiscais, registrando a data e horário do início e encerramento dos trabalhos, o total de votantes e dos filiados em condições de votar, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos fiscais.

ARTIGO 16º - A apuração dos votos será realizada em local apropriado, em sessão pública, após o encerramento da votação, pela Comissão Eleitoral Local ou por mesários designados na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 11 deste Regimento Eleitoral, com a presença dos fiscais, se houver.

ARTIGO 17º - Na contagem de cédulas de cada urna, o presidente verificará se o seu número de votos coincide com o da lista de votantes.

Parágrafo Primeiro - Se o número de cédulas na urna for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

Parágrafo Segundo - Se o total de cédulas da urna for superior ao da respectiva lista de votantes,



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

proceder-se-á apuração, descontando-se dos votos atribuídos à Chapa mais votada na urna, o número de votos em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas Chapas.

Parágrafo Terceiro - Se o excesso de cédulas da urna for igual ou superior à diferença entre as duas Chapas mais votadas, a urna será anulada.

Parágrafo Quarto - Neste mesmo momento, validará os votos em trânsito e decidirá um a um pela apuração ou não dos votos em separado.

Parágrafo Quinto - Serão considerados nulos os votos:

I - que contiverem indicação de mais de uma chapa;

II - que contiverem expressões, frases, sinais ou quaisquer caracteres que possam identificar a/o eleitora/or;

III - que contiverem qualquer sinal fora do quadrilátero próprio para marcação, de forma a deixar dúvida quanto à opção da/o eleitora/or;

IV - que contiverem adulteração da cédula;

V - cujas cédulas não estiverem devidamente rubricadas por dois integrantes da Comissão Eleitoral Local.

000 140 994

ARTIGO 18º - Concluída a apuração, a Comissão Eleitoral Local ou os mesários da Mesa Coletora dos Votos, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 11 deste Regimento, lavrará a Ata dos trabalhos, especificando o dia e a hora de abertura e do encerramento dos trabalhos, local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, com nome dos respectivos componentes responsáveis; resultado de cada Chapa para urna apurada, especificando o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada Chapa registrada, votos em branco e votos nulos; número total de eleitores que votaram e resultado geral da apuração.

Parágrafo Primeiro - Os mesários constituídos na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 11, deste Regimento, deverão encaminhar os resultados para a Comissão Eleitoral Local das Seções Sindicais imediatamente após o encerramento da coleta de votos ou até às 12h (horário de Brasília/DF) do dia seguinte ao encerramento do processo, devendo estas remeter relatório devidamente assinado e, em arquivo PDF, com o resultado consolidado de cada Mesa Coletora para Comissão Eleitoral Central através do e-mail (cec2025@sinpaf.org.br), com as respectivas listas de votantes devidamente assinadas.

Parágrafo Segundo - Será considerada eleita a Chapa para a Diretoria Nacional e Auditoria Fiscal Nacional que obtiver a maioria dos votos válidos.

ARTIGO 19º - A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas e demais documentos permanecerão sob guarda da Direção das Seções Sindicais locais até 1 (um) ano após a proclamação final do resultado da eleição.

Capítulo V



Dos Recursos

ARTIGO 20º - O prazo para interposição de recursos encerrar-se-á às 16h, horário de Brasília/DF, do terceiro dia útil, contado a partir do dia seguinte ao dia da divulgação do resultado oficial do pleito.

Parágrafo Primeiro – Os recursos poderão ser propostos por qualquer membro das Chapas, e ainda, por filiado em dia com suas obrigações na forma do Estatuto do SINPAF.

Parágrafo Segundo - O recurso e os documentos de prova serão anexados em 2 (duas) vias e entregues contra-recibo ou enviados por e-mail (cec2025@sinpaf.org.br) para a Comissão Eleitoral Central que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se pronunciar formalmente.

Parágrafo Terceiro - Qualquer que seja o recurso e/ou impugnação referente ao processo eleitoral deverá ser dirigido à Comissão Eleitoral Central.

000 140 994

ARTIGO 21º - A Chapa será registrada com denominação própria na Secretaria do SINPAF Nacional, observada a preferência pela ordem de apresentação dos requerimentos, não podendo as seguintes utilizar termos, símbolos ou expressões iguais ou assemelhados aos das chapas já registradas.

Parágrafo Primeiro - A cédula eleitoral para eleição da Diretoria Nacional será única, contendo as Chapas concorrentes, na ordem em que foram registradas, com uma única quadrícula ao lado de cada denominação e agrupadas em colunas, observada esta sequência: **número da chapa, denominação da Chapa e o nome do candidato a Presidente**, em destaque.

Parágrafo Segundo - A cédula eleitoral para eleição da Auditoria Fiscal Nacional será a mesma do parágrafo anterior, contendo as Chapas concorrentes, na ordem em que foram registradas, com uma única quadrícula ao lado de cada denominação e as chapas também serão apresentadas em colunas, observada esta sequência: número da chapa e denominação da Chapa.

Parágrafo Terceiro — A Comissão Eleitoral Central oficializará em tempo hábil, a Superintendência Regional do Trabalho e as empresas que compõem a base do SINPAF, o nome da Chapa Eleita e respectivos integrantes, cuja cópia contra-recibo ficará obrigatoriamente arquivada na Diretoria Nacional por tempo indeterminado.

Parágrafo Quarto – O Registro no Cartório do Termo de Posse e Ata de Eleição será de responsabilidade da Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo Quinto - Em caso de empate entre as Chapas concorrentes, para Diretoria Nacional e/ou Auditoria Fiscal Nacional, a Comissão Organizadora das Eleições observará os seguintes critérios para desempate, na ordem de prioridade:

- a) o candidato a Presidente que possuir maior tempo de filiação no SINPAF;
- b) o candidato a Presidente que for mais idoso.



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Parágrafo Sexto - As decisões da Comissão Eleitoral Central serão tomadas por maioria simples.

ARTIGO 22º - Os trabalhos da Comissão Eleitoral Central encerram-se com a posse dos eleitos.

ARTIGO 23º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Central, com fundamento no Estatuto do SINPAF e, subsidiariamente, no Código Eleitoral.

ARTIGO 24º - Este Regimento Eleitoral aprovado pela 23ª Plenária Nacional passará a vigorar no 1º dia útil após a publicação do Edital de Convocação das Eleições pela Diretoria Nacional do SINPAF.

Brasília/DF, 24 de maio de 2025

000 140 994

Mesa Diretora da 23ª Plenária Nacional do SINPAF

ANEXO D

PLANO DE LUTAS 2025-2026

Aprovado pela 23 Plenária Nacional do SINPAF

- 1) Contribuir com a consolidação de uma aliança classista na luta contra a ultra direita, na defesa intransigente da democracia, na reconstrução do estado brasileiro e no fortalecimento das empresas públicas, em conjunto com outros sindicatos e centrais sindicais combativas, movimentos sociais do campo e da cidade (MST, Contag, Fetag, Via Campesina, outros), bem como outras organizações populares envolvendo a juventude e sindicatos, mulheres, negros e negras, e demais segmentos da classe trabalhadora excluídos, discriminados e marginalizados.
- 2) Organizar e promover ações para ampliar o debate sobre o papel social estratégico das suas empresas de base no combate à fome e à insegurança alimentar, destacando a importância da agricultura familiar, da produção sustentável e agroecológica, e da formulação e execução de políticas públicas.
- 3) Ampliar o combate à instrumentalização política de suas empresas de base para que as mesmas resgatem sua missão pública, estratégica e social do Estado brasileiro.
- 4) Atuar fortemente, em conjunto com outros segmentos e organizações, como parlamentares, centrais sindicais, comitês, dentre outros, na defesa intransigente do caráter público da Embrapa e da Codevasf, por intermédio de encontros, seminários e outras atividades com o lema: Pela Embrapa e Codevasf Pública, Democrática e Inclusiva.
- 5) Potencializar a luta pela manutenção e ampliação do orçamento público da Embrapa, Codevasf, da Pesagro e da Empaer e sem possibilidade de contingenciamentos.
- 6) Intensificar a luta pela implementação de mecanismos de controle social da agenda e dos processos da Embrapa e da Codevasf, por intermédio da mudança e do aumento da representação dos diferentes segmentos nos seus Conselhos de Administração, bem como alteração de seus Estatutos e de suas Missões, com enfoque territorial e atuação transversal nas demandas dos ministérios com atividades afins.
- 7) Desencadear uma campanha nacional e efetiva, envolvendo as Seções Sindicais e a categoria, pela imediata suspensão e reversão das ações implantadas pela Embrapa, Codevasf, Pesagro e Empaer que promoveram e promovem a terceirização e outras de caráter privatista.
- 8) Intensificar a luta e as ações de combate e prevenção ao assédio moral e sexual praticado pelas gestões da Embrapa, da Codevasf, da Pesagro, da Empaer e dos Distritos Irrigados, em conjunto com todas as Seções Sindicais.

000140994

- 9) Lutar fortemente pela proteção social do trabalho em sua forma mais ampla e, de modo específico, contra a terceirização do cargo de assistente e de secretária na Embrapa e na Codevasf, pois, além desses trabalhadores realizarem serviços essenciais ao atendimento da missão estratégica dessas empresas, essa modalidade precariza as relações de trabalho. Importante destacar que, se esse processo se consolidar, será um passo para a terceirização de analistas e pesquisadores.
- 10) Incluir e se engajar nas pautas relacionadas ao meio ambiente, **principalmente em ano de COP30** (aquecimento global, mudanças climáticas, desmatamento); aos povos originários e comunidades tradicionais (defesa de seus territórios e manutenção dos seus modos de vida); combate às desigualdades e discriminações associadas a gênero, etnia, orientação sexual, dentre outras.
- 11) Ampliar as várias formas de diálogo e interação com filiadas(os), Seções Sindicais, empresas da base e sociedade visando envolver mais efetivamente a categoria, elevar o nível de consciência política e fortalecer a luta.
- 12) Construir um projeto de comunicação do SINPAF, de maneira conjunta entre a Diretoria Nacional e as Seções Sindicais, de forma horizontal, participativa e dialógica na perspectiva da consolidação de um sindicato mais orgânico e menos verticalizado. **Estudar a viabilidade de estruturar um programa de radio / podcast.**
- 13) Elaborar e implementar um amplo programa de formação política e sindical de dirigentes e filiadas(os), em conjunto com as Seções Sindicais. Esse processo deverá envolver, necessariamente, militantes de base objetivando a renovação de lideranças.
- 14) Implementar um sistema nacional de cadastramento de filiadas(os), bem como estruturar um mecanismo mais efetivo, fácil e ágil de filiação de forma remota.
- 15) Ampliar a luta pela pauta de reconhecimento dos Assistentes, Técnicos e Operacionais, por meio de adicional de elevação de escolaridade, crédito em publicações, outros.
- 16) As comissões de negociação das empresas, ex. Codevasf e Embrapa dos ACTs. Ao apresentar as pautas para negociação deve apresentar conjuntamente um cronograma de negociação e prazos de apresentação de respostas. "Cronograma de Prazos e datas limites na negociação".

ANEXO E

CARTA COMPROMISSO DA CLASSE TRABALHADORA PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Nós, delegados e delegadas reunidos na 23ª Plenária Nacional do Sinpaf, conscientes do nosso papel histórico na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, firmamos este compromisso coletivo em prol de uma transição justa que garanta um futuro sustentável e digno para todos e todas.

Sabemos que o Brasil enfrenta desafios socioambientais cada vez mais graves. O desmatamento, o avanço da degradação dos biomas, a escassez hídrica e os eventos climáticos extremos impactam diretamente a população e ameaçam a soberania alimentar e a biodiversidade. A transição para uma economia sustentável é uma necessidade urgente que, pelos próprios preceitos, não pode ocorrer às custas da classe trabalhadora e dos territórios.

000 149 994

Vale ressaltar que a implementação de uma transição justa enfrenta diversos desafios. A desindustrialização, o fechamento de postos de trabalho em setores tradicionais e a falta de investimentos em qualificação profissional são barreiras que precisam ser superadas para possibilitar o desenvolvimento fundamentado na justiça socioeconômica e ambiental

No setor agropecuário, os desafios incluem a necessidade de mudanças estruturais, como a reforma agrária popular, o desenvolvimento e a consolidação de outro modelo agrícola fundamentado nos preceitos da agroecologia e a criação de políticas públicas que garantam a segurança dos/das trabalhadores/as diante das mudanças ambientais e produtivas que impactam o desenvolvimento regional.

As atividades econômicas, como a agricultura, a extração florestal, a pesca e outras cadeias produtivas regionais, são severamente afetadas por secas, inundações, desequilíbrios e a perda da biodiversidade. Isso compromete não apenas a segurança alimentar, mas também a geração de empregos e o desenvolvimento a partir da vocação dos territórios nas regiões mais vulneráveis.

Diante desse cenário, a pesquisa com enfoque no desenvolvimento rural torna-se ainda mais estratégica para garantir a adaptação da economia local às mudanças climáticas e produtivas. O trabalho dos e das profissionais das empresas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, como aquelas representadas pelo SINPAF, é fundamental para encontrar soluções sustentáveis que minimizem os impactos econômicos e sociais da crise climática, promovendo inovação, inclusão social e desenvolvimento equilibrado nas diversas regiões do país.

Defendemos, portanto, que a transição justa seja realizada com planejamento, proteção social, qualificação profissional e geração de empregos dignos. Setores produtivos precisam se adaptar sem precarizar condições de trabalho ou aumentar desigualdades.

Com isso, faz-se necessário um plano estruturado que promova a transição sem comprometer a segurança econômica da classe trabalhadora, garantindo que os avanços tecnológicos e as transformações produtivas beneficiem a sociedade como um todo.

A realização da COP 30 no Brasil representa um marco significativo para reforçar a centralidade da Amazônia nas discussões climáticas globais. A preservação da maior floresta tropical do mundo é essencial para a regulação do clima, da biodiversidade e da

manutenção dos modos de vida das populações tradicionais. A classe trabalhadora deve atuar para garantir que as decisões tomadas no evento resultem em compromissos concretos para uma transição justa, respeitando os direitos dos povos da floresta e promovendo um modelo sustentável de desenvolvimento para a região.

A Codevasf desempenha um papel fundamental nesse processo ao promover a revitalização de bacias hidrográficas, a agricultura irrigada e o desenvolvimento sustentável em diversas regiões do país. Suas ações contribuem diretamente para a segurança hídrica, a geração de empregos e a inclusão produtiva, garantindo que as transformações ambientais e econômicas ocorram de maneira justa. É essencial que a Codevasf participe ativamente da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Nesse contexto, a agroecologia se apresenta como um caminho viável e necessário para garantir uma agricultura sustentável e socialmente justa. O incentivo a práticas agroecológicas fortalece a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, preserva os recursos naturais e respeita os conhecimentos tradicionais e territorial das comunidades rurais. As pesquisas desenvolvidas por instituições do SNPA, lideradas pela Embrapa devem ser intensificadas e amplamente aproveitadas para fomentar uma agricultura sustentável e limpa, promovendo inovações que garantam a soberania alimentar e proteção ambiental.

A transição justa não pode ser apenas um discurso vazio. Ela deve garantir que os trabalhadores e trabalhadoras sejam protagonistas das mudanças necessárias para um modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e os direitos sociais. Por isso, nos comprometemos a:

1. Defender condições de trabalho dignas na transição para uma economia mais sustentável, garantindo que nenhuma transformação resulte em precarização ou desemprego.
2. Exigir qualificação e requalificação profissional para que os/as trabalhadores/as das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário possam se adaptar a novas demandas do setor.
3. Combater iniciativas que coloquem os lucros acima das pessoas e da natureza, denunciando práticas de *greenwashing* (quando a organização implementa estratégias e propagandas enganosas sobre suas práticas ambientais) e a exploração dos/das trabalhadores/as sob o pretexto da sustentabilidade.
4. Participar ativamente das decisões políticas e institucionais relacionadas à transição justa, garantindo que as vozes dos/das trabalhadores/as sejam ouvidas e respeitadas.
5. Fortalecer o SINPAF e a luta sindical para que a transição justa seja uma realidade e não uma promessa vazia.
6. Defender o caráter público da pesquisa agropecuária e das instituições de desenvolvimento, garantindo que a ciência esteja a serviço da sociedade e empenhada na conservação dos recursos naturais, e não subordinada a interesses privados.
7. Defender a criminalização do descarte proposital de produtos alimentícios visando a regulação de oferta e elevação de preços.

000 149994

Nós reafirmamos nossa responsabilidade histórica de lutar por um futuro mais justo, sustentável e igualitário. Uma transição justa só será possível com a participação ativa da classe trabalhadora, e é com esse espírito de luta que assinamos esta carta compromisso.

Belém, 24 de maio de 2025

000 14 0994